ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Corregedor-Geral MP/PA

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA
1ª Subcorregedora-Geral MP/PA

TEREZA CRISTINA BARATA DE LIMA
2ª Subcorregedora-Geral MP/PA

BELÉM/PA
2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

EQUIPE DA CORREGEDORIA-GERAL 7

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DA CORREGEDORIA-GERAL 8

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA 13

ESTÁGIO PROBATÓRIO 17

ACOMPANHAMENTO DO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO 19

CORREIÇÕES E INSPEÇÕES REALIZADAS 20

CONTROLE INTERNO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE NATUREZA DISCIPLINAR 30

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO A ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E CONGÊNERES 33

PLANTÕES FUNCIONAIS 35

SISTEMA DE ATIVIDADES DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – SIAMP 39

PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA 45

DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO 53

CONCLUSÃO 55

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento atenção ao disposto no art. 37, inciso XV, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, bem como aos princípios da eficiência e da transparência, A P R E S E N T O o Relatório de Gestão da Corregedoria-Geral do Ministério Público, contendo os dados estatísticos das atividades desenvolvidas durante o ano de 2015, bem como das atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

Os resultados constantes deste relatório são fruto do dedicado trabalho em equipe, a qual trabalhou incansável para alcançar suas metas e atender as expectativas da Instituição e da sociedade, mormente porque, no período de junho a outubro de 2015, houve a expansão do quadro de membros do Ministério Público, com o ingresso de 41 (quarenta e um) novos Promotores de Justiça Substitutos de 1ª Entrância.

Nesse sentido, a Corregedoria-Geral intensificou os trabalhos, participando do Curso de Formação e Ambientação promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), orientando os novos Promotores de Justiça a respeito da atuação deste órgão correcional e fornecendo um exemplar da Consolidação dos Atos Normativos da Corregedoria-Geral, contendo as principais normas que irão nortear suas atividades funcionais.

Importante destacar ainda, que o ano de 2015 também foi marcado, pela visita do Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. Cláudio Henrique Portela e sua equipe, em inspeção realizada nesta CGMP/PA, no período compreendido entre os dias 18 a 20 de novembro de 2015, e de acordo com os resultados obtidos ao longo dessa inspeção, a Corregedoria-Geral optou por intensificar os trabalhos de inspeção e de acompanhamento do estágio probatório, em atendimento às novas demandas e recomendações advindas do Corregedor Nacional.

2. EQUIPE DA CORREGEDORIA-GERAL

Corregedor-Geral
Procurador de Justiça ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Subcorregedores-Gerais
1ª Subcorregedora-Geral: Procuradora de Justiça MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA
2ª Subcorregedora-Geral: Procuradora de Justiça TEREZA CRISTINA BARATA DE LIMA

Promotores – Assessores
Promotor de Justiça LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO
Promotora de Justiça MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CORRÊA

Servidores – Assessores
Adrianne da Costa Guimarães
Bruno Travassos da Rosa Braga
Marilze Ribeiro Bitar
Waldomiro Oliveira Monteiro

Servidores
Adriana Moraes Ferreira
Ana Rita Sá dos Santos
Camila Cavalcante dos Santos
Clélia Alves de Oliveira Miranda
Fabrício Jorge Vasconcelos
Germana de Araujo Silva Imbiriba
Maisa Gaby Mutran Russo Bendelak
Marco Antônio da Silva Castro
Michele de Paula da S. Maciel Teixeira
Rita de Cássia Corrêa Lobato Pinto
Rose Mary Epifânio de Carvalho
Tânia Venina C. Pereira

Ajudantes de Ordem
CBPM Rosenilson Costa e Silva
CBPM Rogério Guimarães Lima

Motorista
Raimundo Afonso Pereira

Serviços Gerais
Carlos Alberto da Mata Veloso

Estagiários
Antônio Marinho de Melo Rodrigues Filho
Bruna Lima Araújo Corrêa
Camila Estefany Nunes
Camila Taynarah Pinheiro Silva
Flávia da Silva Costa
Gustavo Damon Aracaty Lobato de Souza
Luiza Ribeiro da Fonseca
Walquiria Jeise da Silva Setubal

3. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DA CORREGEDORIA-GERAL

REUNIÕES DE TRABALHO - ANO DE 2015	
Mês	Assunto
JAN	• 1ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • Reunião Administrativa do CSMP
FEV	• Sessão Solene de Posse do novo Presidente do TJE/Pa e demais dirigentes • Audiência Dra. Rejane Ozanan • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • 2ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Audiência Dra. Daniela Dias • Reunião na PGJ • Instrução PAD • Audiência Dr. Alexandre Tourinho e Valéria Porpino • Reunião com a Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior • 95ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos MP's dos Estados e da União - BH • 3ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Reunião com a Comissão de Segurança Institucional
MAR	• Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • Reunião Administrativa do CSMP • 4ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores • Evento Institucional Mulheres Empoderadas • 5ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Instrução de PAD • Reunião Administrativa do CSMP
ABR	• Simpósio Preparatório à Posse do Procurador-Geral de Justiça do Pará • Posse do PGJ • 6º Sessão Ordinária do Conselho Superior • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • Instrução de PAD • Audiência PJ Leane Fiúza , Nicolau Crispino, outros • 96ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos MP's dos Estados e da União – POA • 7º Sessão Ordinária do Conselho Superior • Instrução de PAD • Reunião Sindicato – SISEMPPA • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • 8ª Sessão Ordinária do Conselho Superior
MAI	• Audiência com a Comissão de Defesa dos Idosos da OAB • 9ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Reunião Administrativa PGJ • Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores • Instrução de PAD • 10ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • II Encontro do Ministério Público do Estado do Pará com o MEC • Audiência Pública "Plano Decenal de Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes de Belém" • Reunião Administrativa PGJ • Instrução PAD • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores
JUN	• Reunião com a Comissão de Segurança Institucional • 11ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Lançamento do Manual do Novo Portal da Transparência do Ministério Público no CNMP – Brasília • Sessão Extraordinária do Conselho Superior • 97ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos MP's dos Estados e da União – Brasília

	• 12ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Institucional • Reunião PPA
JUL	• Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • Reunião com a Comissão de Segurança Institucional • Sessão Solene de Posse dos novos Promotores de Justiça • Instrução PAD • Curso de Formação e Ambientação para os novos Promotores de Justiça • Instrução PAD • 13ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Reunião com a Comissão de Segurança Institucional • Sessão Solene de Posse de 2 novos Promotores de Justiça • Instrução PAD • 14ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Instrução PAD • ~~Reunião Administrativa do Colégio de Procuradores para tratar do PPA 2016-2019~~
AGO	• Sessão Solene de Posse de 1 novo Promotor de Justiça • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • Instrução PAD • 15ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores • Reunião Administrativa do Conselho Superior • 16ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • VI Encontro Nacional do Ministério Público para o enfrentamento da Violência Doméstica • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • ~~98ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos MP's dos Estados e da União - Salvador~~
SET	• Instrução PAD • 17ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores • Audiência Delegado João Moraes • 18ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Oitiva de Promotor de Justiça pelo CNMP • Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores • Sessão Extraordinária do Conselho Superior • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • 99ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos MP's dos Estados e da União – RJ • XXI Congresso Nacional do MP • Audiência com o Dr. Rui Barbosa e Dr. Edson
OUT	• Audiência com a Dra. Elaine Castelo Branco • 19ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Reunião com a Comissão de Segurança Institucional • Reunião Administrativa do Colégio de Procuradores • Sessão Extraordinária do Conselho Superior • 21ª Sessão Ordinária do Conselho Superior • Instrução PAD • Sessão Extraordinária do Conselho Superior
NOV	• Inspeção Corregedoria Nacional na CGMP/PA – 18 a 20/11/2015 • Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores • 22ª Sessão Ordinária do Conselho Superior 100ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos MP's dos Estados e da União Reunião Administrativa na PGJ 23ª Sessão Ordinária do Conselho Superior Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores Fórum de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Reunião com a Comissão de Segurança Institucional
DEZ	Reunião Administrativa SUB-TA 24ª Sessão Ordinária do Conselho Superior Dia Nacional do MP

EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS DE 2015									
Mês	**Expedientes Recebidos**	**Ofícios Expedidos**	**Memo Expedidos**	**Memo Recebidos**	**E-mails Expedidos**	**E-mails Recebidos**	**Portarias**	**Avisos**	**Ofício Circular**
JAN	460	120	04	-	136	134	4	1	-
FEV	425	89	02	-	106	206	2	3	5
MAR	783	246	02	-	125	185	3	1	5
ABR	559	155	03	-	168	246	4	1	3
MAI	539	152	07	-	179	197	2	2	3
JUN	662	128	05	-	156	232	2	1	5
JUL	686	97	04	-	149	196	4	1	4
AGO	672	192	05	01	193	276	3	-	6
SET	654	110	05	-	205	125	-	4	5
OUT	782	118	03	-	165	179	3	2	8
NOV	702	115	01	-	178	183	1	1	4
DEZ	616	119	05	-	153	115	3	-	-
TOTAL	**7.540**	**1641**	**46**	**01**	**1.913**	**2.274**	**31**	**17**	**48**

ATOS CGMP PUBLICADOS EM 2015		
ATO	**DOE**	**Ementa**
Recomendação nº 01-2015 MP/CGMP	19.03.15	RECOMENDA aos membros do MP, com atribuições na seara criminal, que procedam, quando possível, a não obstar a alienação dos bens apreendidos, em caso de crime de tráfico de entorpecentes, sempre que estes estejam sujeitos a grande depreciação (perda do valor ou da função) ou a pena de perdimento pelo decurso do tempo.
Recomendação nº 02/2015 MP/CGMP	25.03.15	RECOMENDA aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, com atuação na área da Infância e Juventude, que exerçam a fiscalização da atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na condução e organização do Processo Unificado para escolha de Membro do Conselho Tutelar, no intuito de garantir a plena realização do processo.
Recomendação nº 04/2015 MP/CGMP	20.10.15	RECOMENDA aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, que atentem ao cumprimento do disposto no art. 6ª da Resolução nº 044/2011-CPJ, de forma que, ao deixarem o exercício da Procuradoria ou Promotoria de Justiça, apresentem a Pasta nº 02 atualizada, com cópia do Plano de Atuação, dos relatórios de acompanhamento e avaliação, do relatório circunstanciado e demais documentos pertinentes, possibilitando, assim, que o membro subsequente tenha conhecimento do que já foi feito e possa dar continuidade ao Plano.
Recomendação nº 05/2015 MP/CGMP	20.10.15	RECOMENDA anexar no Sistema de Elaboração e Acompanhamento do Plano de Atuação (SEAPA), os documentos comprobatórios das atividades executadas no cumprimento das metas.
Provimento nº 01/2015 MP/CGMP	13.03.15	Dispõe sobre a necessidade de comunicação a esta Corregedoria-Geral, da assunção ao cargo, nos casos de promoção ou remoção.

Ordem de Serviço nº 01/2015 - CGMP	19.03.15	Dispõe sobre a proteção contra a indevida divulgação do conteúdo dos processos, procedimentos e documentos em tramitação ou arquivados na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências.
Ordem de Serviço nº 02/2015 - CGMP	06.05.15	Determinar que os relatórios de fiscalização a estabelecimentos prisionais e congêneres recebidos no e-mail correg_relatorios@mppa.mp.br, sejam mantidos na Corregedoria-Geral APENAS em arquivo digital, havendo necessidade de impressão somente do ofício de encaminhamento para posterior entrada do expediente no protocolo.

ATOS CONJUNTOS PUBLICADOS COM A PGJ EM ANO 2015		
ATO	**DOE**	**Ementa**
Provimento Conjunto nº 01/2015-MP/PGJ/CGMP	28.01.2015 Republicada em 13.03.2015	Define novas formas de envio dos atos formais de comunicação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará.
Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP	04.03.2015	Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, e dá outras providências.
Provimento Conjunto nº 04/2015-MP/PGJ/CGMP	11.03.2015	Altera o art. 7º do Provimento Conjunto nº 01/2015-MP/PGJ/CGMP, de 28 de janeiro de 2015.
Provimento Conjunto nº 05/2015-MP/PGJ/CGMP	10.04.2015	Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica dos estabelecimentos penais, da regularidade processual e dos direitos e deveres do preso, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, adequando-os, no que couber, à Resolução nº 56, de 22 de junho de 2010, alterada pelas Resoluções nº 80, de 18 de outubro de 2011 e Resolução nº 120, de 24 de fevereiro de 2015, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Provimento Conjunto nº 06/2015-MP/PGJ/CGMP	10.04.2015	Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica do controle externo da atividade policial, adequando-os, no que couber, à Resolução nº 20, de 28 de maio de 2007, alterada pelas Resoluções nº 65, de 26 de janeiro de 2011, pela Resolução nº 98, de 20 de junho de 2013 e pela Resolução nº 113, de 04 de agosto de 2014, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Provimento Conjunto nº 07/2015-MP/PGJ/CGMP	13.04.15	Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica de entidades ou programas destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas não privativas de liberdade de Prestação de Serviços a Comunidade e Liberdade Assistida, e dos direitos e deveres dos adolescentes submetidos às referidas medidas, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 08/2015-MP/PGJ/CGMP	13.04.15	Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica de entidades destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes, e dos direitos e deveres dos acolhidos, por parte do órgão de execução do Ministério Público, adequando-os, no que couber, a Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011, alterada pela Resolução nº 83, de 28 de fevereiro de 2012 e pela Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013, do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Provimento Conjunto nº 09/2015-MP/PGJ/CGMP	13.04.15	Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica de entidades ou programas destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, e dos direitos e deveres dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas, adequando-os, no que couber, à Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, alterada pela Resolução nº 84, de 28 de fevereiro de 2012 e pela Resolução nº 97, de 24 de abril de 2013, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Provimento Conjunto nº 10/2015-MP/PGJ/CGMP	19.05.2015	Define os documentos e modelos de demonstrações contábeis exigidos para prestação de contas finalística das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.
Provimento Conjunto nº 11/2015-MP/PGJ/CGMP	29.06.2015	Altera o anexo do Provimento Conjunto nº 007/2015-MP/PGJ/CGMP, de 14 de abril de 2015.

4. MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

No ano de 2015, a Divisão de Movimentação na Carreira passou a aplicar a Resolução nº 03/2014-CSMP, publicada no DOE de 27.08.2014, a partir do Edital nº 23/2014- CSMP.

Foram publicados 80 (oitenta) editais pelo Conselho Superior, votados apenas 47 (quarenta e sete), sendo que 29 (vinte e nove) estavam relacionados aos editais do período de 2014, visto que quando não há inscrições de candidatos ou pelo fato de ocorrerem desistências, não ocorre votação.

No período compreendido entre abril e dezembro de 2015, ocorreram 37 (trinta e sete) votações para Remoção nas 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, e 10 (dez) Promoções na 2ª e 3ª entrâncias, totalizando 47 (quarenta e sete) movimentações na carreira.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo de Remoções e Promoções realizadas no ano de 2015:

Movimentação na Carreira - 2015

MESES	REMOÇÃO								PROMOÇÃO					
	1ª Entrância		2ª Entrância		3ª Entrância		COLÉGIO		2ª Entrância		3ª Entrância		COLÉGIO	
	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER
JANEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABRIL	3	2	4	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JUNHO			2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SETEMBRO		1	6	5	2	1				1	1	1		
OUTUBRO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVEMBRO	-	-	-	1	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-
DEZEMBRO	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-
TOTAL	3	3	12	13	3	3	-	-	4	4	1	1	-	-
	6		25		6		-		8		2		-	
	37								10					

Lista dos candidatos que foram promovidos ou removidos pelos critérios de merecimento e antiguidade:

REMOÇÃO - 1ª ENTRÂNCIA				
DATA EDITAL (DOE)	**DATA SESSÃO**	**CRITÉRIOS**	**CANDIDATOS**	**CARGOS PLEITEADOS**
21.01.14	16.04.15	Ant	Não houve inscritos	PJ Terra Santa
21.01.14	16.04.15	Mer	Francisca Paula Morais Da Gama	PJ Aurora do Pará
21.01.14	16.04.15	Ant	Não houve inscritos	PJ Jacareacanga
21.01.14	16.04.15	Mer	Não houve inscritos	PJ Medicilândia
21.01.14	16.04.15	Ant	Januário Constâncio Dias NETO	PJ Santa Luzia do Pará
21.01.14	16.04.15	Mer	Gilberto Lins De Souza Filho (único candidato)	PJ São João do Araguaia
21.01.14	16.04.15	Ant	Maria Cláudia Vitorino Gadelha	PJ Primavera
21.01.14	16.04.15	Mer	Não houve inscritos	PJ Uruará
21.01.14	16.04.15	Ant	Não houve inscritos	PJ Prainha
21.01.14	16.04.15	Mer	Não houve inscritos	PJ Limoeiro do Ajuru
21.01.14	16.04.15	Ant	Não houve inscritos	PJ Chaves
19.02.14	16.04.15	Mer	Não houve inscritos	PJ Goianésia do Pará
19.02.14	16.04.15	Ant	Aline Janusa Teles Martins	Mer
15.05.14	16.04.15	Mer	Não houve inscritos	PJ Capitão Poço PJ Ipixuna Do Pará
15.05.14	16.04.15	Ant	Não houve inscritos	PJ Anapu
15.05.14	16.04.15	Mer	Não houve inscritos	2º PJ São Félix do Xingu
12.08.14	24.09.15	Ant	Não houve inscritos	PJ Novo Repartimento
12.08.14	24.09.15	Mer	Não houve inscritos	PJ de Acará
04.11.14	24.09.15	Ant	Não houve inscritos	PJ de Aveiro
12.01.15	24.09.15	Mer	Não houve inscritos	PJ de Afuá
30.03.15	30.09.15	Ant	Não houve inscritos	PJ Ourem
03.06.15	30.09.15	Mer	Não houve inscritos	PJ Oeiras do Pará
03.06.15	30.09.15	Ant	Louise Rejane De Araújo Silva	PJ Colares
03.06.15	30.09.15	Mer	Não houve inscritos	PJ Ulianópolis
03.06.15	30.09.15	Ant	Não houve inscritos	PJ São Geraldo Do Araguaia
29.06.15	15.10.15	Mer	Não houve inscritos	PJ Almeirim
TOTAL: 06				

REMOÇÃO - 2ª ENTRÂNCIA				
DATA EDITAL (DOE)	**DATA SESSAO**	**CRITERIOS**	**CANDIDATOS**	**CARGOS PLEITEADOS**
21.04.2014	16.04.15	Mer	Helio Rubens Pinho Pereira	4º PJ Cível de Parauapebas
21.04.2014	16.04.15	Ant	Priscila Tereza de Araújo	7ª PJ Infância e Juventude, Órfãos Interditos e Incapazes de Castanhal
21.04.2014	16.04.15	Mer	Reginaldo Cesar Lima Alvarez	1ª PJ de Paragominas
21.04.2014	16.04.15	Ant	Rodrigo Aquino Silva	5º PJ Tribunal Júri e Entorp. de Santarém
21.04.2014	16.04.15	Mer	Adleer Calderaro Sirotheau	4º PJ Tribunal do Júri e Entorp. de Santarém
21.04.2014	16.04.15	Ant	Prejudicado	PJ Óbidos
21.04.2014	16.04.15	Mer	Bezaliel Castro Alvarenga	2º PJ Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua
21.04.2014	16.04.15	Ant	Juliana Dias Ferreira de P. Pereira	PJ de Muaná
19.02.2014	16.04.15	Mer	Regiane Brito Coelho Ozanan	4º PJ Defesa Comunitária, CIJI. de Benevides
19.02.2014	16.04.15	Ant	Lilian Viana Freire	13º PJ Direitos Humanos Marabá
19.02.2014	16.04.15	Mer	Erika Menezes De Oliveira	1º PJ São Miguel
12.08.2014	11.06.15	Ant	Túlio Chaves Novaes	15º PJ IJ, Órfãos, Interditos e Incapazes de Santarém

12.08.14	11.06.15	Mer	Eduardo José Falesi do Nascimento	PJ de Maracanã
12.08.14	11.06.15	Ant	Jeanne Maria Farias	2º PJ Criminal de Parauapebas
12.08.14	24.09.15	Mer	Bruno Beckembauer Sanches Damasceno	3º PJ de Bragança
12.08.14	24.09.15	Ant	Albely Miranda Lobato Teixeira	1º PJ Direitos Constitucionais FDPPMA Ananindeua
12.08.14	24.09.15	Mer	João Batista De Araújo Cavaleiro De Macedo Júnior (único candidato)	2º PJ de Breves
12.08.14	24.09.15	Ant	Luiz Gustavo da Luz Quadros	3º PJ Paragominas
12.08.14	24.09.15	Mer	Silvana Nascimento Vaz de Sousa (único candidato)	1º PJ Criminal Santarém
12.08.14	24.09.15	Ant	Prejudicado	6º PJ Agrário de Altamira
12.08.14	24.09.15	Mer	Prejudicado	4º PJ Agrário de Redenção
03.06.15	30.09.15	Ant	Franklin Jones Vieira Da Silva	PJ Rio Maria
03.06.15	30.09.15	Mer	Prejudicado	4º PJ da IJ, órfãos, interditos de Altamira
03.06.15	30.09.15	Ant	Amarildo Da Silva Guerra	PJ de Igarapé Miri
03.06.15	30.09.15	Mer	Danyllo Pompeu Colares	3º PJ de DH, controle externo da atividade policial, execução penal e violência doméstica de Castanhal
03.06.15	30.09.15	Ant	Fábia Mussi de Oliveira Lima	2º PJ Criminal de Benevides
03.06.15	30.09.15	Mer	Ligia Valente Do Couto (única candidata)	10º PJ da IJ, órfãos, interditos e incapazes, pessoas com deficiência e idosos MARABÁ
03.06.15	30.09.15	Ant	Prejudicado	2º PJ Criminal de Altamira
03.06.15	30.09.15	Mer	Prejudicado	3º PJ de Itaituba
03.06.15	30.09.15	Ant	Paulo Sérgio Morgado (único candidato)	1º PJ Criminal de Marabá
03.06.15	30.09.15	Mer	Prejudicado	1º PJ Xinguara
29.06.15	30.09.15	Ant	Prejudicado	PJ Tucumã
20.08.15	30.09.15	Mer	Prejudicado	5º PJ Cível Parauapebas
20.08.15	30.09.15	Ant	Prejudicado	1ª PJ Criminal Redenção
20.08.15	04.11.15	Mer	Lilian Regina Furtado Braga (indicada)	8ª PJ Direitos Constitucionais Fundamentais e Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Santarém
TOTAL : 25				

REMOÇÃO - 3ª ENTRÂNCIA				
DATA EDITAL (DOE)	**DATA SESSÃO**	**CRITÉRIOS**	**CANDIDATOS**	**CARGOS PLEITEADOS**
12.08.14	11.06.15	Mer	Firmino Araújo de Matos	2º PJ de Órfãos, Interditos e Incapazes
12.01.15	24.09.15	Ant	Não houve inscritos	10ª PJ Atribuições Gerais
12.01.15	24.09.15	Mer	Não houve inscritos	2º PJ Com Atribuições Gerais
12.01.15	24.09.15	Ant	Myrna Gouveia Dos Santos	3º PJ Criminal
12.01.15	24.09.15	Mer	Ângela Maria Baleiro Queiroz	6º PJ de DPP e da Moralidade Administrativa
12.01.15	24.09.15	Ant	Isaias Medeiros De Oliveira	4º PJ Criminal
29.06.15	15.10.15	Mer	Elaine Carvalho Castelo Branco	3º PJ Defesa das Pessoas com Deficiência, dos Idosos e acidentes do Trabalho
20.08.15	04.11.15	Ant	Helena Maria Muniz Gomes	4º PJ DPP, Moralidade Administrativa da Capital
TOTAL: 06				

PROMOÇÃO À 3ª ENTRÂNCIA				
DATA EDITAL (DOE)	**DATA SESSÃO**	**CRITÉRIOS**	**CANDITADOS**	**CARGOS PLEITEADOS**
30.03.15	30.09.15	Mer	Antônio Lopes Mauricio	10º PJ Atribuições Gerais
~~30.03.15~~	~~30.09.15~~	Ant	Ioná Silva de Sousa Nunes	2º PJ Atribuições Gerais
Total: 02				

PROMOÇÃO À 2ª ENTRÂNCIA				
DATA EDITAL (DOE)	**DATA SESSÃO**	**CRITÉRIOS**	**CANDITADOS**	**CARGOS PLEITEADOS**
08.05.15	30.09.15	Mer	Evelin Staevie dos Santos (indicada)	PJ Óbidos- Mer
~~04.09.15~~	~~12.11.15~~	Ant	Ely Soraya Silva Cezar	3ª PJ Itaituba
~~04.09.15~~	~~12.11.15~~	Mer	Italo Costa Dias (indicado)	1ª PJ Xinguara
~~04.09.15~~	~~12.11.15~~	Ant	~~Alan Pierre Chaves Rocha~~	PJ Tucumã
04.09.15	10.12.15	Mer	~~Sabrina Said Daibes de Amorim Sanchez~~ (indicada) Herena Neves Maués Correa de Melo	6º Agrário de Altamira
04.09.15	10.12.15	Ant	Bruna Rebeca Paiva de Moraes	4ª PJ Agrária de Redenção
04.09.15	10.12.15	Mer	(indicada)	4º PJ Infância e Juventude dos Órfãos, Interditos e Incapazes de Altamira
04.09.15	10.12.15	Ant	Emério Mendes Costa	2ª PJ Criminal Altamira
TOTAL: 08				

5. ESTÁGIO PROBATÓRIO

Dentre as atribuições da Corregedoria-Geral está o acompanhamento do estágio probatório dos Promotores de Justiça, previsto no art. 83, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 – LOMPPA.

Atualmente, a Corregedoria-Geral realiza o acompanhamento do estágio probatório conforme os ditames do Provimento Nº 07/2012-MP/CGMP, de 23.08.2012, segundo o qual deve ser feito durante os 02 (dois) primeiros anos de efetivo exercício na carreira, mediante a aferição da conduta e atividade funcional de cada membro, observados os requisitos de presteza, dedicação, produtividade, segurança e qualidade técnica dos trabalhos, aprimoramento da cultura jurídica, plano de atuação e anotações resultantes das inspeções e correições realizadas pela CGMP.

No ano de 2015, em virtude de aprovação no XII Concurso Público de Ingresso para a Carreira do Ministério Público, foram nomeados 41 (quarenta e um) Promotores de Justiça Substitutos de 1ª Entrância, conforme relação abaixo:

RELAÇÃO DE MEMBROS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	DATA DA POSSE
1. AGENOR CASSIO DE ANDRADE CORREIA	02/07/2015
2. ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA	02/07/2015
3. ANA LUIZA MADEIRO DIOGO CRUZ	02/07/2015
4. ANDRE CAVALCANTI DE OLIVEIRA	02/07/2015
5. ARIEL JOSE GUIMARAES NASCIMENTO	02/07/2015
6. ARTHUR DINIZ FERREIRA DE MELO	02/07/2015
7. ASDEAR SALINAS MACIAS	02/07/2015
8. CARLOS ALBERTO FONSECA LOPES	02/07/2015
9. CÍCERO BARBOSA MONTEIRO JÚNIOR	02/07/2015
10. DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA	02/07/2015
11. DANIEL BRAGA BONA	02/07/2015
12. DANIEL MONDEGO FIGUEIREDO	02/07/2015
13. DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO	02/07/2015
14. DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA	02/07/2015
15. DIEGO LIBARDI RODRIGUES	02/07/2015
16. ELIAS SILVA RODRIGUES	02/07/2015
17. FLAVIA MIRANDA FERREIRA	02/07/2015
18. FRANCISCO SIMEAO DE ALMEIDA JUNIOR	02/07/2015

19. JOSE ILTON LIMA MOREIRA JUNIOR	02/07/2015
20. JOSIEL GOMES DA SILVA	02/07/2015
21. LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ	02/07/2015
22. LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO	02/07/2015
23. LUIZ DA SILVA SOUZA	02/07/2015
24. MARIANA SOUSA CAVALEIRO DE MACEDO	02/07/2015
25. MAURO GUILHERME MESSIAS DOS SANTOS	02/07/2015
26. MONICA MIRANDA GOMES DE OLIVEIRA	02/07/2015
27. MONIQUE NATHYANE RIBEIRO COELHO	02/07/2015
28. NAYARA SANTOS NEGRAO	02/07/2015
29. PATRICIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN	02/07/2015
30. PAULA CAROLINE NUNES MACHADO	02/07/2015
31. PEDRO RENAN CAJADO BRASIL	02/07/2015
32. RAFAEL TREVISAN DAL BEM	02/07/2015
33. RAQUEL CORREA GONCALVES BRAGANCA	02/07/2015
34. RUI BARBOSA LAMIM	02/07/2015
35. SAVIO RAMON BATISTA DA SILVA	02/07/2015
36. SULDBLANO OLIVEIRA GOMES	02/07/2015
37. VANESSA HERCULANO RIBEIRO	02/07/2015
38. BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS	16/07/2015
39. ÉRICK SOUZA FERNANDES	16/07/2015
40. GUILHERME LIMA CARVALHO	10/08/2015
41. GUSTAVO DE QUEIROZ ZENAIDE	01/10/2015

Todos os membros recém-empossados participaram de curso de formação e ambientação, que propiciou aos mesmos uma visão geral da estrutura do MP/PA, subsídios práticos para o futuro trabalho e aperfeiçoamento das habilidades dos novos membros.

6. ACOMPANHAMENTO DO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

A Resolução nº 73/2011-CNMP regulamentou o acúmulo das atividades ministeriais com a de Magistério, dispondo, em seu art. 1º, que é permitido ao Promotor de Justiça ministrar 20 (vinte) horas-aulas semanais, consideradas como tais as efetivamente prestadas em sala de aula.

Conforme disposição contida no Provimento nº 04/2011-MP/CGMP, é dever do Promotor de Justiça informar a Corregedoria sobre o exercício do Magistério. Em 2015, 07 (sete) membros do Ministério Público paraense informaram sobre suas atividades de Magistério, conforme quadro abaixo:

	Nome do Membro	Carga horária/Semana	Município de lotação	Instituição de Ensino	Horário
1	ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES	7h	Ananindeua[1]	FACI (Belém)	3ª/5ª (18h30 às 22h)
2	ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO	7h	BELÉM	UFPA	3ª (14h30 às 17h30) 5ª (16h30 às 20h30) 3ª/5ª (15h às 18h)
3	DANIELLA MARIA DOS S. DIAS	16h	Marabá	UNIV. FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	3ª/5ª (18 às 20h)
4	FRANKLIN LOBATO PRADO	19h10	BELÉM	FIBRA (2ª/6ª) UNINASSAU (3ª/5ª)	2ª/6ª (15h10 às 22h) 3ª (18h30 às 22h) 5ª (19h20 às 22h) 3ª/4ª 18h50 às 20h30
5	IVANILSON PAULO CORRÊA RAIOL	3h20	BELÉM	UNAMA	2ª (16h às 20h) 4ª (16h às 20h)
6	JÚLIO CESAR SOUSA COSTA	10h	MARABÁ	UNIFESSPA	6ª (16h às 18h) 2ª/3ª (19h às 22h30) 6ª (19h às 20h40)
7	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JR	10h	Marituba[1]	FAMAZ	

[1] Conforme Lei Complementar nº 027/1995, de 19.10.1995, os municípios de Ananindeua, Benevides e Marituba se enquadram na Região Metropolitana de Belém .

7. CORREIÇOES E INSPEÇOES REALIZADAS

De acordo com a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado do Pará - LCE nº 057/2006, art. 37, incisos II e III, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público, a fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros do Órgão Ministerial, e, para tanto, exerce tal atribuição, entre outras formas, por intermédio da realização de inspeções e correições.

O Provimento nº 10/2012-MP/CGMP, de 21 de setembro de 2012, que dispõe sobre a Realização das Inspeções e Correições Ordinárias e Extraordinárias no âmbito deste Ministério Público Estadual, em adequação aos procedimentos estabelecidos na Resolução nº 43, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, estabelece no seu art. 2º o seguinte:

"Art.2º - A fiscalização da regularidade e eficiência da atividade funcional e da conduta dos membros do Ministério Público, de competência da Corregedoria-Geral, será realizada por meio de:

I – inspeção ordinária;

II – inspeção extraordinária;

III – correição ordinária; e

IV – correição extraordinária."

O Corregedor-Geral, em virtude da necessidade do serviço, delegou as realizações das inspeções e correições aos Promotores de Justiça-assessores, procedendo desta forma, com vista a observar o calendário de atividades previstas para o ano de 2015, de maneira ordinária, consoante o artigo 8º da Resolução nº 43, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, ou em decorrência da necessidade da atuação do poder de orientação e fiscalização do Órgão Correcional, agindo de forma extraordinária, com o objetivo constante de informar, esclarecer e orientar os Membros e sociedade local, buscando melhorar a eficiência na realização de suas atribuições junto aos cargos de atuação.

No aspecto prático, o modelo de relatório de inspeção e correição utilizado durante o ano de 2015 tem como fundamento jurídico o aludido Provimento nº 10/2012-MP/CGMP, e neste diapasão avalia as condições estruturais e funcionais das Promotorias de Justiça, suas atribuições no âmbito judicial e extrajudicial, analisando a movimentação processual, a quantificação dos processos em tramitação na Comarca e os que são de atuação originária do Ministério Público, bem como os procedimentos extrajudiciais e todas as suas especificidades, quais sejam (Procedimento Investigatório Criminal – PIC, Procedimento Administrativo Preliminar – PAP, Inquérito Civil – IC e Peças de Informação).

Observou-se, ainda, a forma de recebimento, distribuição e devolução de autos judiciais em cada cargo inspecionado, o controle de atendimento ao público e a realização de audiências, visitas carcerárias, fazendo cruzamento de dados com as informações colhidas durante a realização do ato de fiscalização, com as informações prestadas pelos Promotores de Justiça ao Sistema de Atividades dos Membros do Ministério Público - SIAMP desta Corregedoria Geral, bem como ao Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP, onde condensa toda a movimentação judicial e extrajudicial.

Quanto à atuação extrajudicial, foram colhidas, primeiramente, as informações acerca do município de atuação da Promotoria, tais como: área de extensão, número da população atendida, juízes em atuação no Poder Judiciário, a presença da Defensoria Pública e do sistema de Segurança Pública, além dos Conselhos Sociais e a legislação que os instituiu. O objetivo primordial do levantamento foi verificar se o Promotor em exercício no cargo inspecionado possui o suporte estatal necessário à boa atuação do representante do órgão ministerial paraense junto ao município visitado. Aliado a este levantamento, foram examinados todos os procedimentos extrajudiciais autuados, e colhidas as informações necessárias, quais sejam: data de instauração, número do procedimento, assunto, partes, data do último andamento, e se todos estavam devidamente autuados com portarias, visando a celeridade e formalização de todas as demandas extrajudiciais.

Vale ressaltar que Recomendações foram feitas àqueles Membros que estavam com prazos extrapolados na conclusão de procedimentos, em decorrência da falta de movimentação e coleta de dados necessários à conclusão dos mesmos, ou não eram tais procedimentos dotados das formalidades concernentes a legislação específica ao caso, sendo atendidas as recomendações quanto a atuação extrajudicial das Promotorias de Justiça visitadas.

Quanto à parte administrativa, foram examinados livros e pastas das Promotorias visitadas, adequando-os a Resolução nº 001/2008-MP/CGMP, datada de 24.04.2008, bem como foram orientados os Membros quanto ao arquivamento de documentos e peças processuais, sendo levados ao conhecimento deste Órgão Correcional todos os sistemas criados com vista a substituir os livros físicos por tabelas e programas eletrônicos de controle e saída de expedientes e peças de informação.

As cópias do relatório de inspeção, contendo as avaliações dos Promotores de Justiça titulares ou em exercício, bem como o despacho do Corregedor-Geral, são encaminhadas ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores de Justiça deste Ministério Público, assim como à Promotoria de Justiça inspecionada, em consonância com o disposto no art. 9º, do Provimento nº 10/2012-MP/CGMP, tendo o Membro avaliado, o prazo de 15 dias para se manifestar acerca das observações/recomendações não cumpridas, assim como a sua avaliação, as quais implicarão em anotação em ficha funcional, por força do disposto no art. 37, II e § 1º, f e 2º da LCE nº. 057/2006 e arts. 7º e 8º c/c art. 14 do Provimento nº. 03/2007 – MP/CGMP, de 29/06/2007.

Conforme o quadro demonstrativo abaixo, durante o ano de 2015 a Corregedoria-Geral envidou o máximo de esforços no sentido e realizou, com apenas 02 Promotores de Justiça-assessores, 130 (cento e trinta) inspeções, sendo 127 (cento e vinte e sete) ordinárias e 03 (três) extraordinárias.

Quanto às correições, foram correcionados 04 (quatro) cargos, sendo 02 (dois) de 2ª Entrância e 02 (dois) de 3ª Entrância, as quais ocorreram para averiguar, de

forma pontual, a movimentação processual e extraprocessual dos supras epigrafados cargos, conforme discriminado no quadro a seguir:

Tabela 01: Inspeções Ordinárias – 2015

Nº.Portaria ORDINÁRIAS		Local	Cargos Inspecionados	Data da Inspeção
01	001/2015	Mojú	Cargo Único	26.01.2015
02	001/2015	Tailândia	1ª Promotoria de Justiça	26.01.2015
03	001/2015	Tailândia	2ª Promotoria de Justiça	26/01/2015
04	001/2015	Goianésia do Pará	Cargo Único	27/01/2015
05	001/2015	Jacundá	Cargo Único	27/01/2015
06	002/2015	Parauapebas	1ª Promotoria de Justiça Criminal	09/02/2015
07	002/2015	Parauapebas	2ª Promotoria de Justiça Criminal	09/02/2015
08	002/2015	Parauapebas	3ª Promotoria de Justiça Cível	09/02/2015
09	002/2015	Parauapebas	4ª Promotoria de Justiça Cível	09/02/2015
10	002/2015	Parauapebas	5ª Promotoria de Justiça Cível	10/02/2015
11	002/2015	Canaã dos Carajás	Cargo Único	10/02/2015
12	002/2015	Curionópolis	Cargo Único	10/02/2015
13	007/2015	Capital	1ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo	09/03/2015
14	007/2015	Capital	2ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo	09/03/2015
15	007/2015	Capital	3ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo 1ª PJ Defesa do Consumidor	09/03/2015
16	007/2015	Capital		10/03/2015
17	007/2015	Capital	2ª PJ Defesa do Consumidor	10/03/2015
18	007/2015	Capital	3ª PJ Defesa do Consumidor	10/03/2015
19	007/2015	Capital	1ª PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos e de Ac. de Trabalho	11/03/2015
20	007/2015	Capital	2ª PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos e de Ac. de Trabalho	11/03/2015
21	007/2015	Capital	3ª PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos e de Ac. de Trabalho PJ de Defesa do Cidadão e da Comunidade	11/03/2015
22	007/2015	Capital	4ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo	12/03/2015
23	007/2015	Capital	1ª PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos	12/03/2015
24	007/2015	Capital	2ª PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos	13/03/2015
25	007/2015	Capital	3ª PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos	13.05.2015
26	007/2015	Capital	4ª PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos 1ª PJ Criminal	13.05.2015
27	007/2015	Capital		13.05.2015
28	009/2015	Icoaraci		24.03.2015
29	009/2015	Icoaraci	2ª PJ Criminal	24.03.2015
30	009/2015	Icoaraci	3ª PJ Criminal	25.03.2015
31	009/2015	Icoaraci	4ª PJ Criminal	24.03.2015
32	009/2015	Icoaraci	5ª PJ Criminal	24.03.2015
33	009/2015	Icoaraci	1ª PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania	25.03.2015
34	009/2015	Icoaraci	2ª PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania	25.03.2015

35	009/2015	Icoaraci	3ª PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania	24.03.2015
36	009/2015	Icoaraci	4ª PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania	24.03.2015
37	009/2015	Icoaraci	5ª PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania	24.03.2015
38	010/2015	Capital	1ª PJ de Crimes Contra a Ordem Tributária	24.04.2015
39	010/2015	Capital	1ª PJ do Tribunal do Júri	23.04.2015
40	010/2015	Capital	2ª PJ do Tribunal do Júri	23.04.2015
41	010/2015	Capital	3ª PJ do Tribunal do Júri	27.04.2015
42	010/2015	Capital	1ª PJ Militar	22.04.2015
43	010/2015	Capital	2ª PJ Militar	22.04.2015
44	010/2015	Capital	1ª PJ de Entorpecente	24.04.2015
45	010/2015	Capital	2ª PJ de Entorpecente	24.04.2015
46	011/2015	Capital	1ª PJ de Execuções Penais	05.05.2015
47	011/2015	Capital	2ª PJ de Execuções Penais	04.05.2015
48	011/2015	Capital	3ª PJ de Execuções Penais	04.05.2015
49	011/2015	Capital	4ª PJ de Execuções Penais	04.05.2015
50	011/2015	Capital	5ª PJ de Execuções Penais	11.05.2015
51	011/2015	Capital	17ª PJ do Juízo Singular	11.05.2015
52	011/2015	Capital	11ª PJ do Juízo Singular	06.05.2015
53	011/2015	Capital	12ª PJ do Juízo Singular	06.05.2015
54	011/2015	Capital	18ª PJ do Juízo Singular	06.05.2015
55	011/2015	Capital	10ª PJ do Juízo Singular	06.05.2015
56	012/2015	Salinopolis	1ª Promotoria de Justiça	18.05.2015
57	012/2015	Salinópolis	2ª Promotoria de Justiça	18.05.2015
58	012/2015	São João de Pirabas	Cargo Único	20.05.2015
59	012/2015	Santarém Novo	Cargo Único	20.05.2015
60	012/2015	Primavera	Cargo Único	19.05.2015
61	012/2015	Peixe-Boi	Cargo Único	19.05.2015
62	012/2015	Nova Timboteua	Cargo Único	21.05.2015
63	013/2015	Bragança	1ª Promotoria de Justiça	09/06/2015
64	013/2015	Bragança	2ª Promotoria de Justiça	09/06/2015
65	013/2015	Bragança	3ª Promotoria de Justiça	09/06/2015
66	013/2015	Capanema	1ª Promotoria de Justiça	10.06.2015
67	013/2015	Capanema	2ª Promotoria de Justiça	10.06.2015
68	013/2015	Capanema	3ª Promotoria de Justiça	10.06.2015
69	013/2015	Augusto Corrêa	Cargo Único	11/06/2015
70	013/2015	Santa Luzia do Pará	Cargo Único	10.06.2015
71	013/2015	Bonito	Cargo Único	11.06.2015
72	014/2015	Tucuruí	1ª Promotoria de Justiça	16/06/2015
73	014/2015	Tucuruí	2ª Promotoria de Justiça	16/06/2016
74	014/2015	Tucuruí	3ª Promotoria de Justiça	16/06/2015
75	014/2015	Pacajá	Cargo Único	15.06.2015
76	014/2015	Novo Repartimento	Cargo Único	17.06.2015
77	014/2015	Breu Branco	Cargo Único	18.06.2015
78	015/2015	São Miguel do Guamá	1ª Promotoria de Justiça	24.06.2015
79	015/2015	São Miguel do Guamá	2ª Promotoria de Justiça	24.06.2015
80	015/2015	Capitão Poço	Cargo Único	24.06.2015
81	015/2015	Irituia	Cargo Único	22.06.2015
82	015/2015	Ourém	Cargo Único	25.06.2015

83	015/2015	Santa Maria do Pará	Cargo Único	23.06.2015
84	016/2015	Capital	4º PJ Def Patrimônio Público e da Moralidade Adm.	25/06/2015
85	017/2015	Capital	1ª PJ de Controle Externo da Atividade Policial	02/07/2015
86	017/2015	Capital	2ª PJ de Controle Externo da Atividade Policial	02/07/2015
87	017/2015	Capital	3ª PJ de Controle Externo da Atividade Policial	02/07/2015
88	017/2015	Capital	4ª PJ de Controle Externo da Atividade Policial	03/07/2015
89	018/2015	Capital	1ª PJ do Juízo Singular	12/08/2015
90	018/2015	Capital	2ª PJ do Juízo Singular	13/08/2015
91	018/2015	Capital	3ª PJ do Juízo Singular	18/08/2015
92	018/2015	Capital	4ª PJ do Juízo Singular	12/08/2015
93	018/2015	Capital	5ª PJ do Juízo Singular	11/08/2015
94	018/2015	Capital	6ª PJ do Juízo Singular	11/08/2015
95	018/2015	Capital	7ª PJ do Juízo Singular	19/08/2015
96	018/2015	Capital	8ª PJ do Juízo Singular	17/08/2015
97	018/2015	Capital	9ª PJ do Juízo Singular	17/08/2015
98	018/2015	Capital	13ª PJ do Juízo Singular	11/08/2015
99	018/2015	Capital	14ª PJ do Juízo Singular	13/08/2015
100	018/2015	Capital	15ª PJ do Juízo Singular	10/08/2015
101	018/2015	Capital	16ª PJ do Juízo Singular	10/08/2015
102	023/2015	Rio Maria	Cargo Único	25/08/2015
103	023/2015	Xinguara	1ª Promotoria de Justiça	25/08/2015
104	023/2015	Xinguara	2ª Promotoria de Justiça	25/08/2016
105	023/2015	Ourilândia do Norte	Cargo Único	26/08/2015
106	023/2015	Tucumã	Cargo Único	26/08/2015
107	023/2015	São Félix do Xingú	1ª Promotoria de Justiça	27/08/2015
108	023/2015	São Félix do Xingú	2ª Promotoria de Justiça	27/08/2015
109	024/2015	Conceição do Araguaia	1ª Promotoria de Justiça	31/08/2015
110	024/2015	Conceição do Araguaia	2ª Promotoria de Justiça	31/08/2015
111	024/2015	Conceição do Araguaia	3ª Promotoria de Justiça	31/08/2015
112	024/2015	Redenção	1ª Promotoria de Justiça	1º/09/2015
113	024/2015	Redenção	2ª Promotoria de Justiça	1º/09/2015
114	024/2015	Redenção	3ª Promotoria de Justiça	1º/09/2015
115	024/2015	Redenção	4ª Promotoria de Justiça	1º/09/2015
116	024/2015	Santana do Araguaia	Cargo Único	03/09/2015
117	021/2015	Anapú	Cargo Único	09/09/2015
118	021/2015	Novo Progresso	Cargo Único	14/09/2015
119	021/2015	Itaituba	1ª Promotoria de Justiça	16/09/2015
120	021/2015	Itaituba	2ª Promotoria de Justiça	17/09/2015
121	021/2015	Itaituba	3ª Promotoria de Justiça	18/09/2015
122	021/2015	Aveiro	Cargo Único	18/09/2015
123	021/2015	Jacareacanga	Cargo Único	21/09/2015
124	029/2015	São Caetano de Odivelas	Cargo Único	14/12/2015
125	029/2015	Vigia de Nazaré	Cargo Único	15/12/2015
126	029/2015	Colares	Cargo Único	17/12/2015
127	029/2015	Santo Antônio do Tauá	Cargo Único	18/12/2015

Tabela 02: Inspeções Extraordinárias – 2015

Nº. EXTRAORDINÁRIA	Portaria	Local	Cargos Inspecionados	Data da Inspeção
01	003/2015	Capital	GAECO	26/02/2015
02	027/2015	Capital	5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Púbico e da Mor. Administrativa	28/10/2015
03	028/2015	Capital	2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa	25/11/2015

Tabela 03: Correições Extraordinárias - 2015

Nº.	Portaria EXTRAORDINÁRIA	Local	Cargos Inspecionados	Data da Inspeção
01	025/2015	Viseu	Cargo Único	14/10/2015
02	025/2015	Bragança	3ª Promotoria de Justiça	15/10/2015
03	030/2015	Distrito de Mosqueiro	1ª Promotoria de Justiça	15/12/2015
04	030/2015	Distrito de Mosqueiro	2ª Promotoria de Justiça	15/12/2015

Os procedimentos autuados referentes a cada cargo inspecionado, contendo o relatório e seus anexos, encontram-se devidamente guarnecidos nesta Corregedoria-Geral, o qual são devidamente acompanhados pelo Setor pertinente visando a observância das recomendações e apreciação dos Órgãos da Administração Superior. Portanto, as informações acerca da atuação da Corregedoria Geral, no que concernente às inspeções e correições, se encontram na unidade responsável, de Correição e Inspeção, onde se comprova todas as informações supra informadas.

Alguns registros fotográficos de momentos da realização das inspeções:

Foto 01

Foto 02

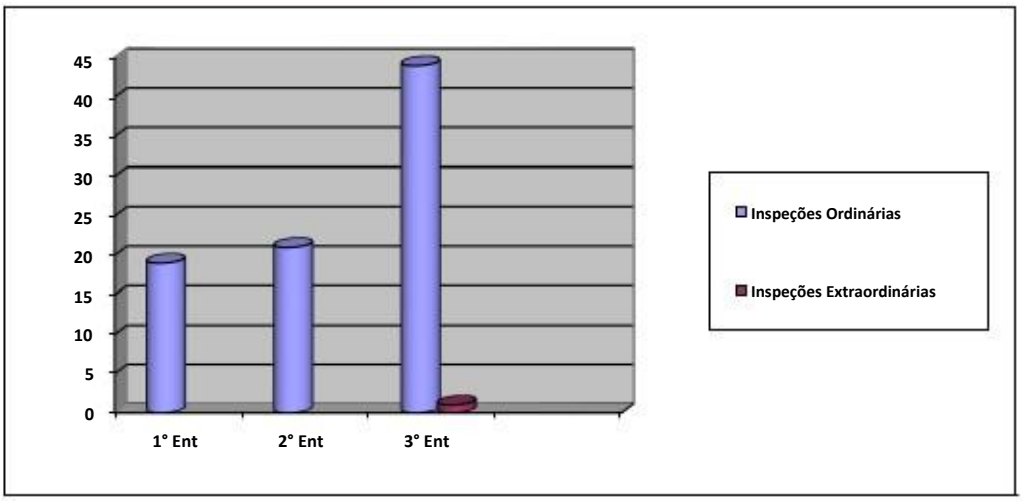
Foto 03

Foto 04

Foto 01 - Promotor Assessor da CGMP, Dr. Luiz Márcio Teixeira Cypriano, em inspeção na Capital junto à 2ª PJ de Defesa do Consumidor, juntamente com o PJ titular do cargo, Dr. Frederico Antônio L. de Oliveira.
Foto 02 – Promotor assessor da CGMP, Dr. Luiz Márcio Teixeira Cypriano, iniciando os trabalhos de inspeção na sede da PJ de Conceição do Araguaia, em reunião com os Promotores de Justiça e servidores da Promotoria.
Foto 03 – A Promotora de Justiça Assessora da Corregedoria-Geral, Dra. Maria de Nazaré dos Santos Corrêa, iniciando os trabalhos de inspeção na 3ª PJ do Meio ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo, juntamente com o titular do aludido cargo, Dr. Raimundo de Jesus Coelho de Moraes;
Foto 04 – A Promotora de Justiça Assessora da Corregedoria-Geral, Dra. Maria de Nazaré dos Santos Corrêa duarante os trabalhos de inspeção com a PJ inspecionada Dra. Angela Maria Balieiro Queiroz.

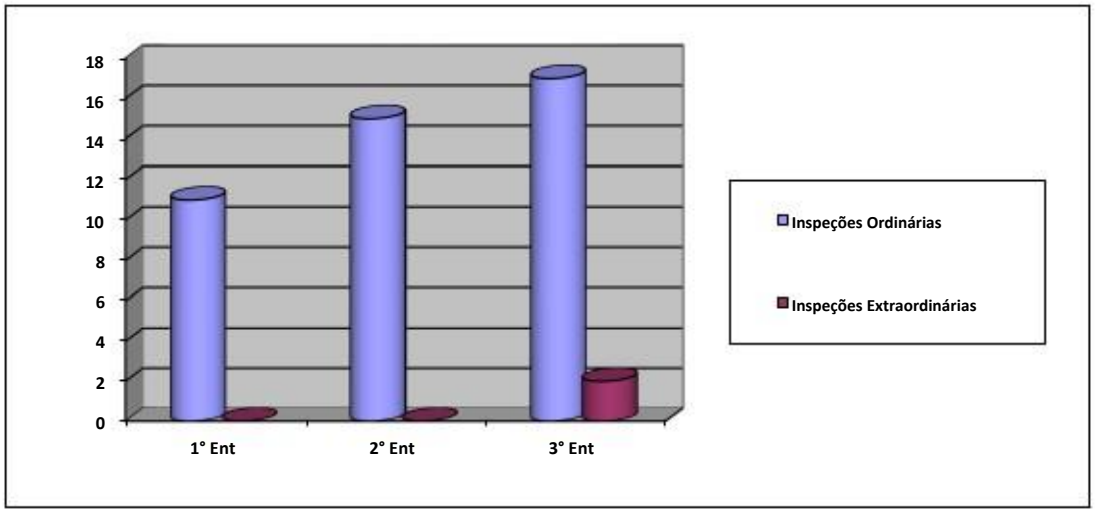
Demonstrativo Gráfico 01: Inspeções – 1º semestre/2015

Inspeções realizadas no 1º semestre de 2015			
	1ª entrância	2ª entrância	3ª entrância
Inspeções ordinárias	19	21	44
Inspeções extraordinárias		0	01



Demonstrativo Gráfico 02: Inspeções – 2º semestre/2015

Inspeções realizadas no 2º semestre de 2015			
	1ª entrância	2ª entrância	3ª entrância
Inspeções ordinárias	11	15	17
Inspeções extraordinárias	0	0	02



Obs.: No ano de 2015, foram realizadas duas (04) correições extraordinárias todas no 2º semestre, sendo 02 (duas) na 2ª Entrância e 02 (duas) na 3ª Entrância.

Pela análise dos relatórios de 2014 e 2015, verifica-se que nesse último ano houve um acréscimo de 39,85% do número de cargos inspecionados, tomando por base o ano de 2014, o que em número reflete o quantitativo de 55 (cinquenta e cinco) cargos inspecionados a mais, mesmo diante da manutenção da mesma estrutura de assessoria e apoio, o que revela que este Órgão Censor vem se esmerando, apesar das dificuldades, em fiscalizar todos os cargos deste Órgão Ministerial, o que reflete na melhor efetividade da prestação dos serviços a população em geral.

Finalizando, os procedimentos autuados referentes a cada cargo inspecionado, contendo o relatório e seus anexos, encontram-se devidamente guarnecidos nesta Corregedoria-Geral, o qual são devidamente acompanhados pelo Setor pertinente visando a observância das recomendações e apreciação dos Órgãos da Administração Superior. Portanto, as informações acerca da atuação da Corregedoria

Geral, no que concernente às inspeções e correições, se encontram na unidade responsável, de Correição e Inspeção, onde se comprova todas as informações supra informadas.

8. CONTROLE INTERNO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE NATUREZA DISCIPLINAR

Durante o ano de 2015 (até 31.12.2015), foram instaurados 36 (trinta e seis) PDP's (Procedimentos Disciplinares Preliminares), sendo que até o mês de dezembro de 2015, 29 (vinte e nove) foram concluídos, dos quais 03 (três) procedimentos preliminares foram arquivados com recomendação, sem caráter vinculativo, ao órgão de execução (arts. 37, II, 193, I e 198, § 3º da LCE nº 057/2006), encontrando-se ainda em andamento 07 (sete) procedimentos disciplinares preliminares.

No que se refere ao PAD (Processo Administrativo Disciplinar), foram instaurados, até 31.12.2015, 05 (cinco) processos administrativos, todos concluídos no âmbito desta Corregedoria-Geral, com apresentação de relatório conclusivo ao Procurador-Geral de Justiça, conforme dispõe os arts. 208 e 209 da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, sendo proposto em 03 (três) feitos o arquivamento/absolvição e em 02 (dois) processos administrativos apresentada sugestão de aplicação de penalidade disciplinar (advertência/censura).

Segundo informações encaminhadas tanto pelo Conselho Nacional do Ministério Público, como pela Corregedoria Nacional do MP, que possui atuação supletiva, preferencialmente, nas hipóteses de insuficiência da atuação da Corregedoria-Geral a que subordinado o membro do Parquet, foram instaurados no CNMP no ano de 2015, 08 (oito) processos, entre Reclamações Disciplinares (RD) ou Representação por Inércia ou Excesso de Prazo (RIEP).

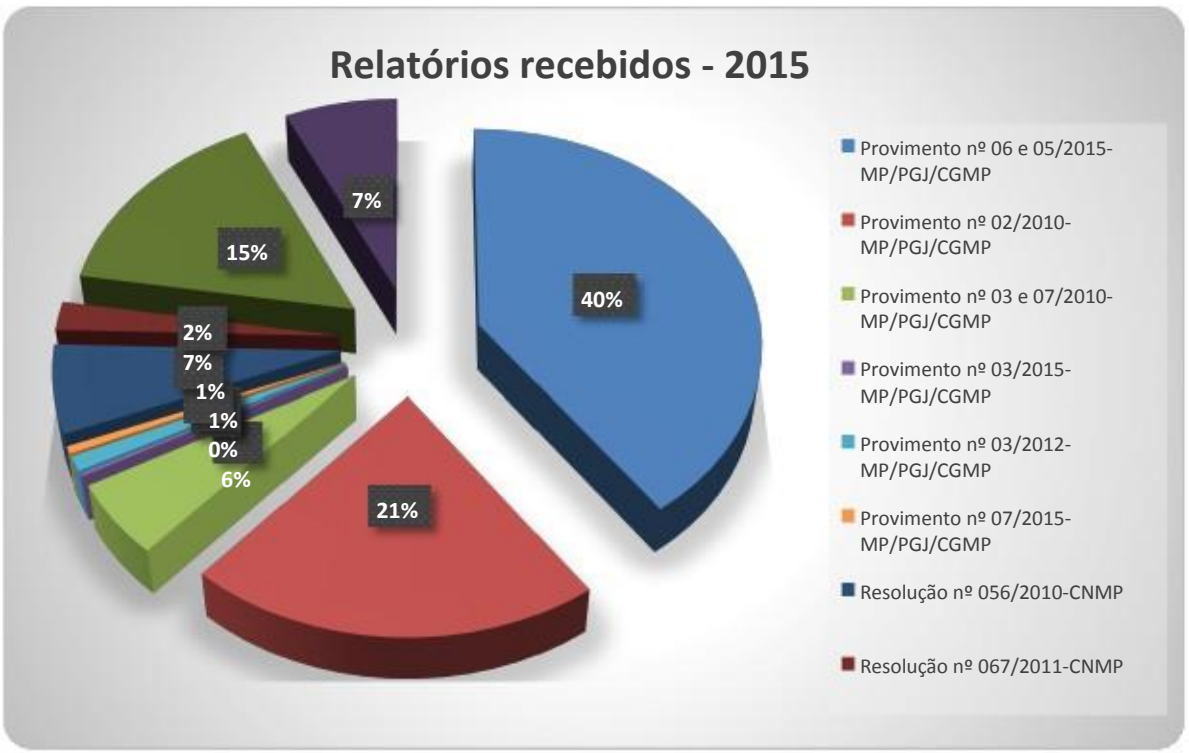
PROCEDIMENTOS INSTAURADOS/2015					
Mês	Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	Providências	Representação	Reclamação	Procedimento Disciplinar Preliminar (PDP)
Janeiro	01	05	--	--	05
Fevereiro	02	02	--	--	02

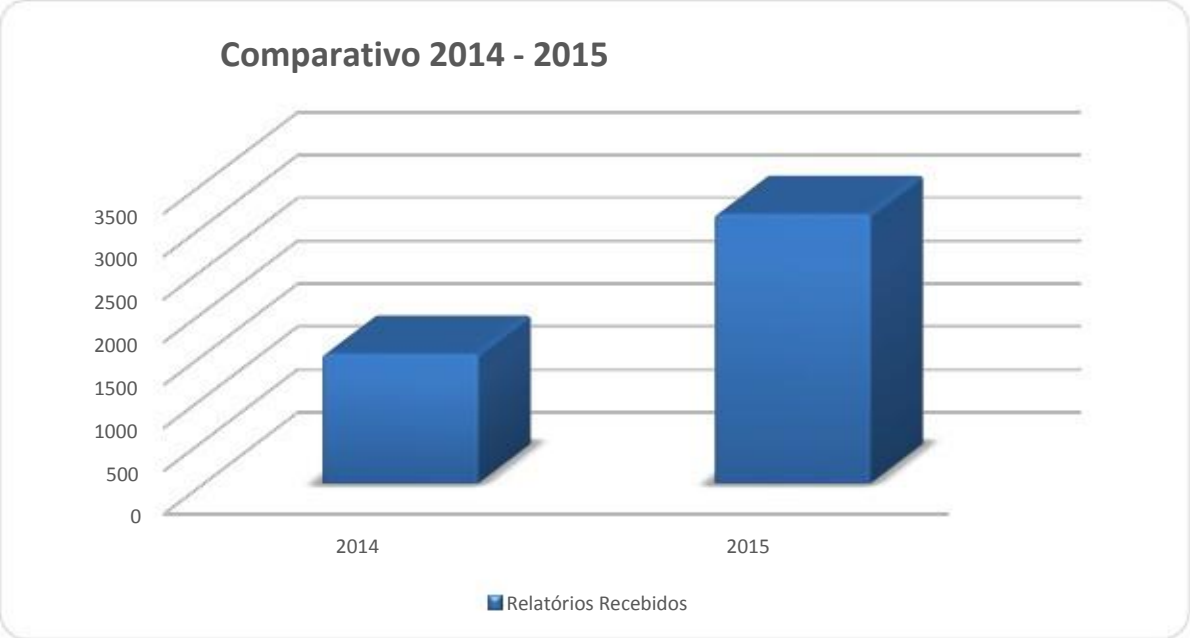
Março	01	05	01	--	06
Abril	--	02	--	--	02
Maio	--	01	02	--	03
Junho	--	04	--	--	04
Julho	--	--	--	--	--
Agosto	01	04	--	--	04
Setembro	--	01	01	--	02
Outubro	--	01	01	--	02
Novembro	--	02	02	01	05
Dezembro	--	01	--	--	01
TOTAL	05	28	07	01	41

9. RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO A ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E CONGÊNERES

No ano de 2015 foram encaminhados pelos membros do Ministério Público à Corregedoria-Geral, um total de 3.134 (três mil, cento e trinta e quatro) relatórios de fiscalizações, conforme discriminado no fluxograma a seguir:

Atos da PGJ/CGMP/CNMP	Nº relatórios enviados a CGMP
Provimento nº 05 e 06/2015-MP/PGJ/CGMP	1257
Provimento nº 02/2010-MP/PGJ/CGMP	670
Provimento nº 03 e 07/2010-MP/PGJ/CGMP	173
Provimento nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP	8
Provimento nº 03/2012-MP/PGJ/CGMP	35
Provimento nº 07/2015-MP/PGJ/CGMP	17
Resolução nº 056/2010-CNMP	205
Resolução nº 067/2011-CNMP	67
Resolução nº 020/2007-CNMP	483
Resolução nº 071/2011-CNMP	219
Total	3134





ANO	Relatórios Recebidos
2014	1502
2015	3134

10. PLANTÕES FUNCIONAIS

O Plantão do Ministério Público do Estado do Pará é regulado pela Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012.

O art. 8º da referida Resolução, atribui à Corregedoria-Geral fiscalizar a atuação dos membros do MP/PA, durante o plantão, remetendo trimestralmente Relatório ao Colégio de Procuradores de Justiça.

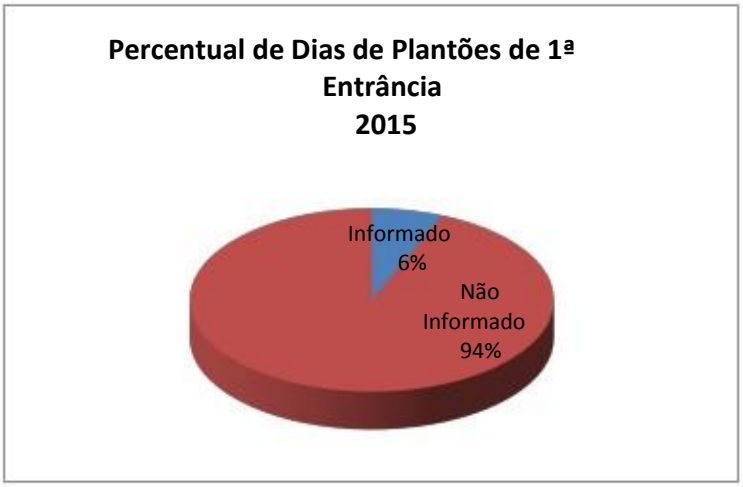
Em análise aos dados apurados observa-se a manutenção da média de plantões e ocorrências, entretanto, o número de ocorrências está concentrado nas comarcas de 2ª e 3ª entrâncias.

Abaixo constam dados informativos a respeito dos Relatórios de Plantão encaminhados à Corregedoria-Geral, apurados trimestralmente, por entrância:

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE 1ª ENTRÂNCIA

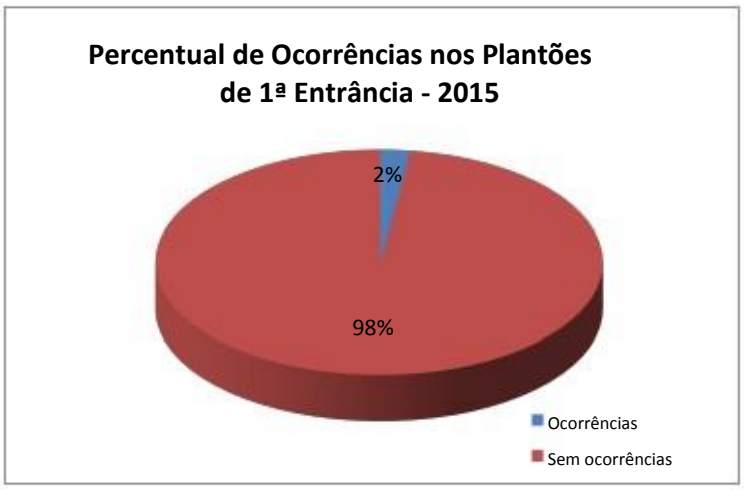
Quantitativo de Dias de Plantão

Total de Plantões9372	
Informados599	
Não Informados8773	



Quantitativo (Dias)

Ocorrências	13
Sem ocorrências	586



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE 2ª ENTRÂNCIA

Quantitativo de Dias de Plantão	
Total de Plantões5684	
Informados2699	
Não Informados2985	

Quantitativo (Dias)

Ocorrências	1165
Sem ocorrências	1534

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE 3ª ENTRÂNCIA

Quantitativo de Dias de Plantões

Total de Plantões396	
Plantões Informados380	
Plantões Não Informados 16	

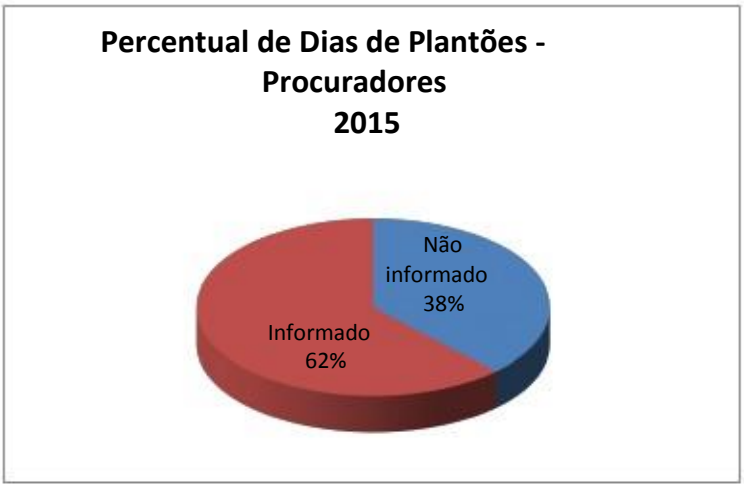
Quantitativo (Dias)

Ocorrências	314
Sem ocorrências	66

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

Quantitativo de Dias de Plantão

Nº de Plantões no Período	264
Não informados	100
Informados	164
Ocorrências	5



11. SISTEMA DE ATIVIDADES DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – SIAMP

O ano de 2015 foi fundamental para o avanço da tecnologia, visando à obtenção de dados reais enviados pelos membros do Ministério Público do Estado do Pará, no intuito de atender à Resolução 74/CNMP com fidedignidade e agilidade.

Para tanto, a Corregedoria-Geral participou da implantação do Sistema Integrado do MP – SIMP em várias regiões administrativas (Região Metropolitana Belém I e II, Sudoeste I, II e III, Tocantins, Nordeste II e III, Sudeste II e IV e Baixo Amazonas), em conjunto com o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI e o Departamento de Informática.

O setor do SIAMP participou, ainda, da ambientação aos novos Promotores de Justiça, prestando informações gerais no que se refere ao atendimento às Resoluções do Conselho Nacional do MP e do Conselho Superior do MP e auxiliando no envio mensal dos relatórios de produtividade.

Foram disponibilizados vídeo-aula e manual de preenchimento aos Promotores de Justiça empossados em 2015.

Outrossim, o SIAMP acompanhou e extraiu informações para compor o processo de Vitaliciamento dos membros em estágio probatório, enviando a produtividade do trimestre à Assessoria Jurídica, responsável pela elaboração do relatório.

No que se refere às mudanças no sistema, o SIAMP foi preparado para atender à Resolução nº 03/2014/MP/CSMP, que dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos membros do Ministério Público nos concursos de remoção e promoção, objetivando adequar o sistema à nova estrutura trazida pela resolução.

Todas as adequações no sistema foram realizadas de acordo com a taxonomia utilizada pelo Conselho Nacional do MP, e em parceria com a

Subprocuradoria de Justiça, Área Técnico-Administrativa, por meio do Departamento de Informática.

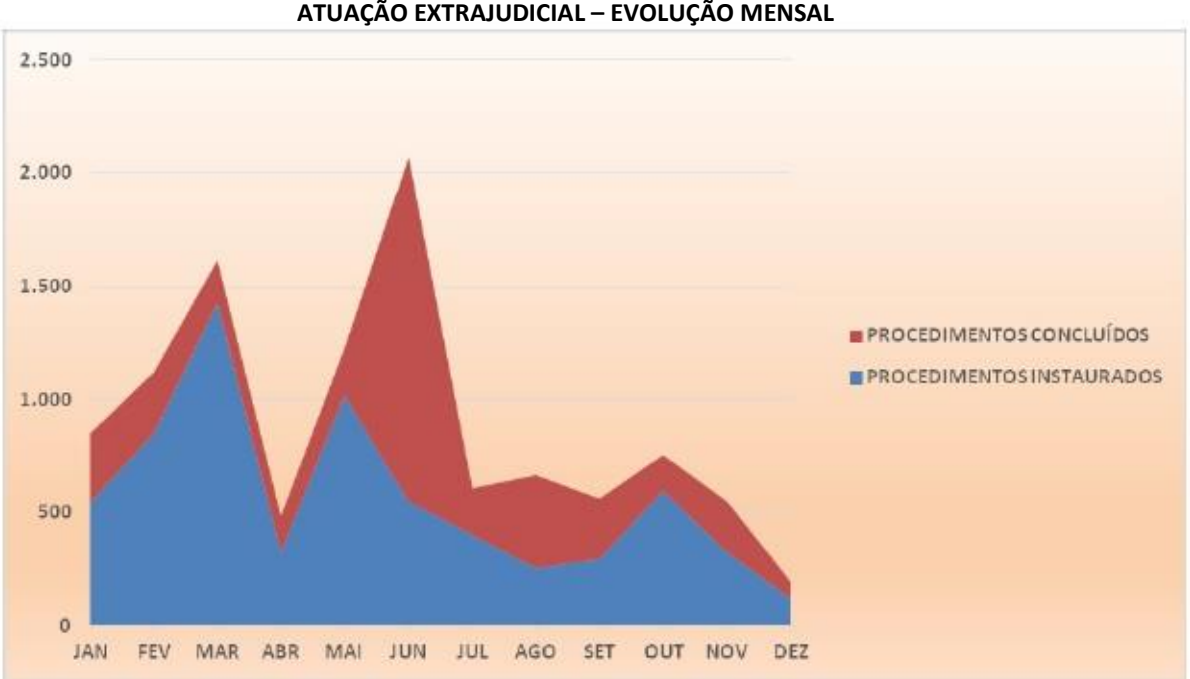
O próximo passo será a substituição do sistema SIAMP pelo SIMP, aumentando a perspectiva de melhorias para os próximos anos.

DADOS ESTATÍSTICOS DA ATUAÇÃO – ANO 2015

Para análise das atuações extrajudicial e judicial, foram disponibilizados gráficos contendo itens constantes da Resolução nº 03/2014/MP/CSMP, que dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos membros do Ministério Público nos concursos de remoção e promoção.

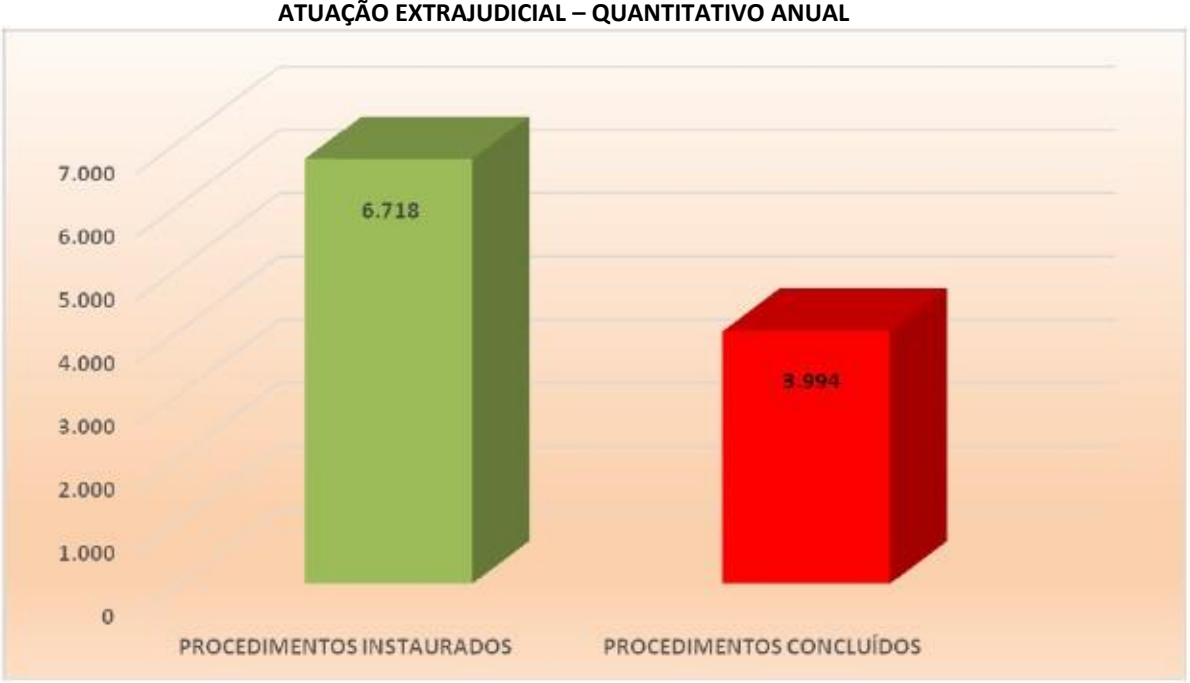
Abaixo, seguem dados estatísticos da atuação extrajudicial do MPPA, em todas as entrâncias, no âmbito dos procedimentos. Foram considerados para análise estatística dos Procedimentos do MP (Inquérito Civil, Procedimento Preparatório e Procedimento Administrativo) e o Procedimento Investigatório Criminal.

GRÁFICO 1
ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL – EVOLUÇÃO MENSAL



Fonte: MP/CGMP-SIAMP.

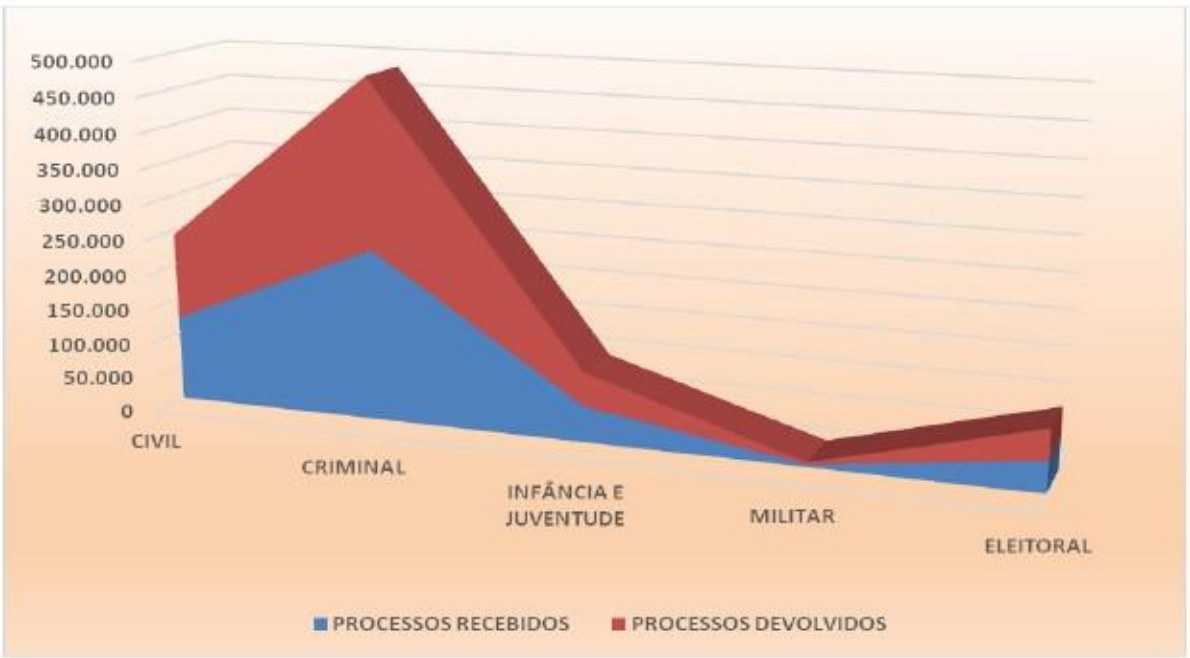
GRÁFICO 2
ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL – QUANTITATIVO ANUAL



Fonte: MP/CGMP-SIAMP.

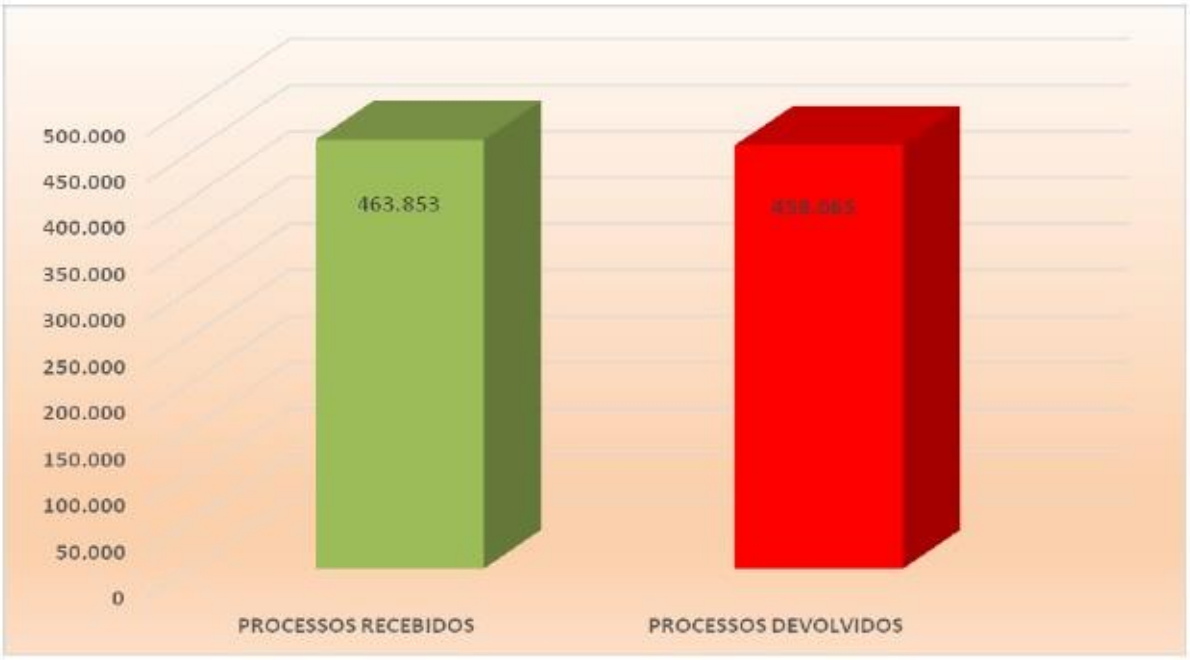
Os gráficos 3 e 4 demonstram a estatística da atuação judicial, ou seja, o quantitativo de processos recebidos e devolvidos em todas as entrâncias, seja por área de atuação ou por ano.

GRÁFICO 3
ATUAÇÃO JUDICIAL POR ÁREA



Fonte: MP/CGMP-SIAMP.

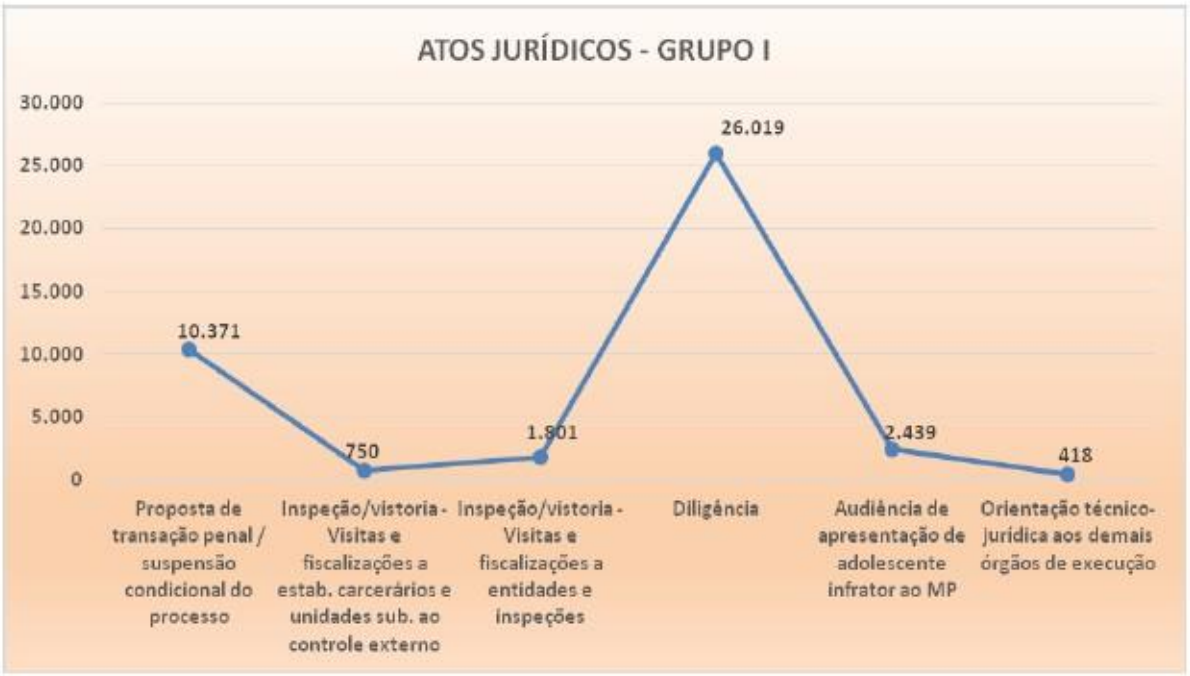
GRÁFICO 4
ATUAÇÃO JUDICIAL ANUAL



Fonte: MP/CGMP-SIAMP.

Os gráficos 5 e 6 demonstram a estatística da atuação judicial referente aos atos jurídicos constantes na resolução, em todas as entrâncias, por movimento em todo o ano de 2015.

GRÁFICO 5
ATOS JURÍDICOS – GRUPO I



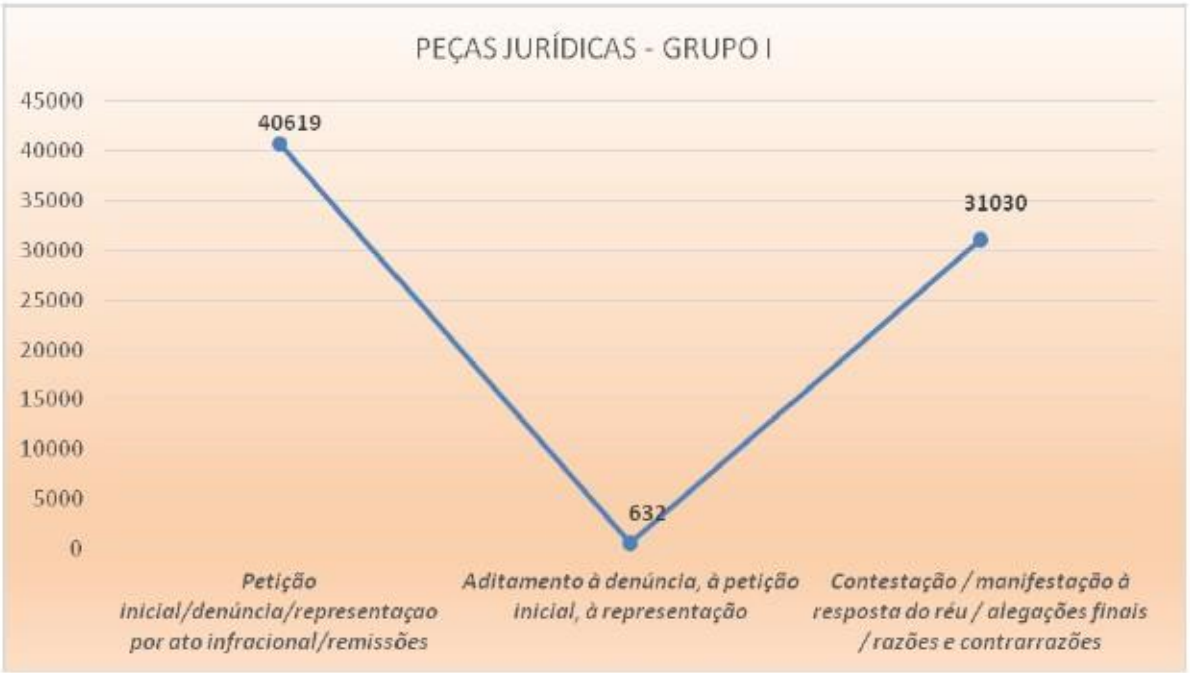
Fonte: MP/CGMP-SIAMP.

GRÁFICO 6
ATOS JURÍDICOS – GRUPO II

Fonte: MP/CGMP-SIAMP.

Os gráficos 7 e 8 demonstram a estatística da atuação judicial referente às peças jurídicas constantes na resolução em todas as entrâncias, por movimento em todo o ano de 2015.

GRÁFICO 7
PEÇAS JURÍDICAS – GRUPO I



Fonte: MP/CGMP-SIAMP.

GRÁFICO 8
PEÇAS JURÍDICAS – GRUPO II

Fonte: MP/CGMP-SIAMP.

12. PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Apresentando a execução do 3º Plano de Atuação (PA), biênio 2014/2015, no que tange o cumprimento das metas estabelecidas na elaboração, a Corregedoria-Geral tem como atribuição conduzir o processo de elaboração, acompanhamento e avaliação dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, conforme preceituado na Lei Complementar Estadual nº 057/2006, de 06 de julho de 2006 (LOMPPA), regulamentada pela Resolução nº 044/2011-CPJ, de 01 de dezembro de 2011, DOE de 07.12.2011.

O registro da execução das atividades definidas pelos Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, no momento da elaboração, é feito através do Sistema de Elaboração e Acompanhamento do Plano de Atuação (SEAPA), no qual é informado as ações realizadas no período, com o fito de atingir o melhor resultado social, contribuindo com o Plano Geral de Atuação (PGA) e o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como o Princípio Constitucional da Eficiência (art. 37 da Constituição Federal).

RELAÇÃO DE PLANOS DE ATUAÇÃO – BIÊNIO 2014/2015

QUADRO GERAL DE PAs ELABORADOS

REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM I	
Belém	Procuradoria de Justiça Cível
	Procuradoria de Justiça Criminal
	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude
	Promotoria de Justiça de Crimes Contra a Ordem Tributária
	Promotoria de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas
	Promotoria de Justiça Militar
	Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri
	Promotoria de Justiça de Entorpecentes
	Promotoria de Justiça de Família
	Promotoria de Justiça Criminal
	Promotoria de Justiça de Órfãos, Interditos e Incapazes
	Promotoria de Justiça de Registros Públicos, Resíduos e Casamentos
	Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial
	Promotoria de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública

	Promotoria de Justiça do Consumidor
	Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho
	Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo
	Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade
	Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
	Promotoria de Justiça Criminal de Icoaraci
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci
	Promotoria de Justiça de Mosqueiro
	Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial
	Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos
	Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM II	
Santa Bárbara do Pará	Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Pará
Santa Izabel do Pará	Promotoria de Justiça de Santa Izabel do Pará
Ananindeua	Promotoria de Justiça Criminal de Ananindeua
	Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal de Júri
	Promotoria de Justiça Cível
	Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
	Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo
	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude
Benevides	Promotoria de Justiça Criminal
	Promotoria de Justiça Cível
	Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude e dos Idosos
Marituba[2]	Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo
	Promotoria de Justiça Criminal
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, das Pessoas com Deficiência e do Idoso
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos demais Direitos Constitucionais Fundamentais, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
REGIÃO ADMINISTRATIVA NORDESTE I	
Bujaru	Promotoria de Justiça de Bujaru
Colares	Promotoria de Justiça de Colares
Concórdia do Pará	Promotoria de Justiça de Concórdia do Pará
Inhangapi	Promotoria de Justiça de Inhangapi
Magalhães Barata	Promotoria de Justiça de Magalhães Barata
Santa Maria do Pará	Promotoria de Justiça de Santa Maria do Pará
Santo Antônio do Tauá	Promotoria de Justiça de Santo Antônio do Tauá
São Caetano de Odivelas	Promotoria de Justiça de São Caetano de Odivelas
São Domingos do Capim	Promotoria de Justiça de São Domingos do Capim
São Francisco do Pará	Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará
Curuçá	Promotoria de Justiça de Curuçá
Igarapé-Açu	Promotoria de Justiça de Igarapé-Açu
Maracanã	Promotoria de Justiça de Maracanã
Marapanim	Promotoria de Justiça de Marapanim
Vigia de Nazaré	Promotoria de Justiça de Vigia de Nazaré

[2] A partir de 30/11/2015 passou a viger a estruturação contida na resolução nº 013/2015, publicada no DOE nº 33021, em 27/11/2015.

Castanhal	Promotoria de Justiça Criminal de Castanhal
	Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e da Cidadania
	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, de Órfãos e Interditos, de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos
	Promotoria de Justiça Agrária
REGIÃO ADMINISTRATIVA NORDESTE II	
Augusto Corrêa	Promotoria de Justiça de Augusto Corrêa
Bonito	Promotoria de Justiça de Bonito
Capitão Poço	Promotoria de Justiça de Capitão Poço
Garrafão do Norte	Promotoria de Justiça de Garrafão do Norte
Irituia	Promotoria de Justiça de Irituia
Nova Timboteua	Promotoria de Justiça de Nova Timboteua
Ourém	Promotoria de Justiça de Ourém
Peixe-Boi	Promotoria de Justiça de Peixe-Boi
Primavera	Promotoria de Justiça de Primavera
Santa Luzia do Pará	Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará
Santarém Novo	Promotoria de Justiça de Santarém Novo
São João de Pirabas	Promotoria de Justiça de São João de Pirabas
Bragança	Promotoria de Justiça de Bragança
Capanema	Promotoria de Justiça de Capanema
São Miguel do Guamá	Promotoria de Justiça de São Miguel do Guamá
Viseu	Promotoria de Justiça de Viseu
Salinópolis	Promotoria de Justiça de Salinópolis
REGIÃO ADMINISTRATIVA NORDESTE III	
Aurora do Pará	Promotoria de Justiça de Aurora do Pará
Dom Eliseu	Promotoria de Justiça de Dom Eliseu
Ulianópolis	Promotoria de Justiça de Ulianópolis
Mãe do Rio	Promotoria de Justiça de Mãe do Rio
Paragominas	Promotoria de Justiça de Paragominas
Tomé-Açu	Promotoria de Justiça de Tomé-Açu
REGIÃO ADMINISTRATIVA TOCANTINS	
Acará	Promotoria de Justiça de Acará
Baião	Promotoria de Justiça de Baião
Limoeiro do Ajuru	Promotoria de Justiça de Limoeiro do Ajuru
Mocajuba	Promotoria de Justiça de Mocajuba
Barcarena	Promotoria de Justiça de Barcarena
Cametá	Promotoria de Justiça de Cametá
Igarapé-Miri	Promotoria de Justiça de Igarapé-Miri
Moju	Promotoria de Justiça de Moju
Tailândia	Promotoria de Justiça de Tailândia
	Promotoria de Justiça Criminal
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais
	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude e de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos
Abaetetuba	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa da Probidade Administrativa
REGIÃO ADMINISTRATIVA MARAJÓ I	
Cachoeira do Arari	Promotoria de Justiça de Cachoeira do Arari
Salvaterra	Promotoria de Justiça de Salvaterra
Muaná	Promotoria de Justiça de Muaná
Ponta de Pedras	Promotoria de Justiça de Ponta de Pedras

Soure	Promotoria de Justiça de Soure
REGIÃO ADMINISTRATIVA MARAJÓ II	
Afuá	Promotoria de Justiça de Afuá
Anajás	Promotoria de Justiça de Anajás
Bagre	Promotoria de Justiça de Bagre
Chaves	Promotoria de Justiça de Chaves
Curralinho	Promotoria de Justiça de Curralinho
Gurupá	Promotoria de Justiça de Gurupá
Melgaço	Promotoria de Justiça de Melgaço
Oeiras do Pará	Promotoria de Justiça de Oeiras do Pará
Portel	Promotoria de Justiça de Portel
São Sebastião da Boa Vista	
Breves	
	Promotoria de Justiça de São Sebastião da Boa Vista
	Promotoria de Justiça de Breves
REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDESTE I	
Itupiranga	Promotoria de Justiça de Itupiranga
Jacundá	Promotoria de Justiça de Jacundá
São Domingos do Araguaia	Promotoria de Justiça de São Domingos do Araguaia
São Geraldo do Araguaia	Promotoria de Justiça de São Geraldo do Araguaia
São João do Araguaia	Promotoria de Justiça de São João do Araguaia
Rondon do Pará	Promotoria de Justiça de Rondon do Pará
Marabá	Promotoria de Justiça Criminal de Marabá
	Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Fazenda Pública, Família e Sucessão
	Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, Registros Públicos, Família e Sucessão, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial
	Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo
	Promotoria de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social
	Promotoria de Justiça Agrária
	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude
	Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos
REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDESTE II	
Ourilândia do Norte	Promotoria de Justiça de Ourilândia do Norte
Santana do Araguaia	Promotoria de Justiça de Santana do Araguaia
São Félix do Xingu	Promotoria de Justiça de São Félix do Xingu
Conceição do Araguaia	Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia
Rio Maria	Promotoria de Justiça de Rio Maria
Tucumã	Promotoria de Justiça de Tucumã
Xinguara	Promotoria de Justiça de Xinguara
	Promotoria de Justiça Criminal
Redenção	Promotoria de Justiça Cível
	Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude e dos Idosos
	Promotoria de Justiça Agrária
REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDESTE III	
Breu Branco	Promotoria de Justiça de Breu Branco
Goianésia do Pará	Promotoria de Justiça de Goianésia do Pará
Novo Repartimento	Promotoria de Justiça de Novo Repartimento
Pacajá	Promotoria de Justiça de Pacajá
Tucuruí	Promotoria de Justiça de Tucuruí
REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDESTE IV	
Canaã dos Carajás	Promotoria de Justiça de Canaã dos Carajás
Curionópolis	Promotoria de Justiça de Curionópolis

Parauapebas	Promotoria de Justiça Criminal
	Promotoria de Justiça Cível
REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDOESTE I	
Anapu	Promotoria de Justiça de Anapu
Brasil Novo	Promotoria de Justiça de Brasil Novo
Medicilândia	Promotoria de Justiça de Medicilândia
Porto de Moz	Promotoria de Justiça de Porto de Moz
Senador José Porfírio	Promotoria de Justiça de Senador José Porfírio
Uruará	Promotoria de Justiça de Uruará
	Promotoria de Justiça Criminal
	Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública
	Promotoria de Justiça Agrária
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio
Altamira	Cultural, da Habitação e do Urbanismo
	Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos
	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude
REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDOESTE II	
Aveiro	Promotoria de Justiça de Aveiro
Jacareacanga	Promotoria de Justiça de Jacareacanga
Novo Progresso	Promotoria de Justiça de Novo Progresso
Rurópolis	Promotoria de Justiça de Rurópolis
Itaituba	Promotoria de Justiça de Itaituba
REGIÃO ADMINISTRATIVA BAIXO AMAZONAS	
	Promotoria de Justiça de Almeirim
Almeirim	Promotoria de Justiça de Faro
Faro	Promotoria de Justiça de Juruti
Juruti	Promotoria de Justiça de Prainha
Prainha	Promotoria de Justiça de Terra Santa
Terra Santa	Promotoria de Justiça de Alenquer
Alenquer	Promotoria de Justiça de Monte Alegre
Monte Alegre	Promotoria de Justiça de Óbidos
Óbidos	Promotoria de Justiça de Oriximiná
Oriximiná	

REGIÃO ADMINISTRATIVA BAIXO AMAZONAS	
Santarém	Promotoria de Justiça Criminal de Santarém
	Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas
	Promotoria de Justiça do Tribunal de Júri e Entorpecentes
	Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
	Promotoria de Justiça Agrária
	Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da
	Probidade Administrativa e Fazenda Pública
	Promotoria de Justiça Cível
	Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo
	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude e dos Órfãos, Interditos e Incapazes

Fonte: SEAPA 25.01.2016

ACOMPANHAMENTO DAS EXECUÇÕES DOS QUADRIMESTRES – 2014/2015

Mediante dados registrados no Sistema de Elaboração e Acompanhamento dos Planos de Atuação (SEAPA), a Corregedoria-Geral apresenta os dados tabulados com os resultados dos acompanhamentos a seguir:

Quadro 1 - Quantitativo das etapas de acompanhamentos

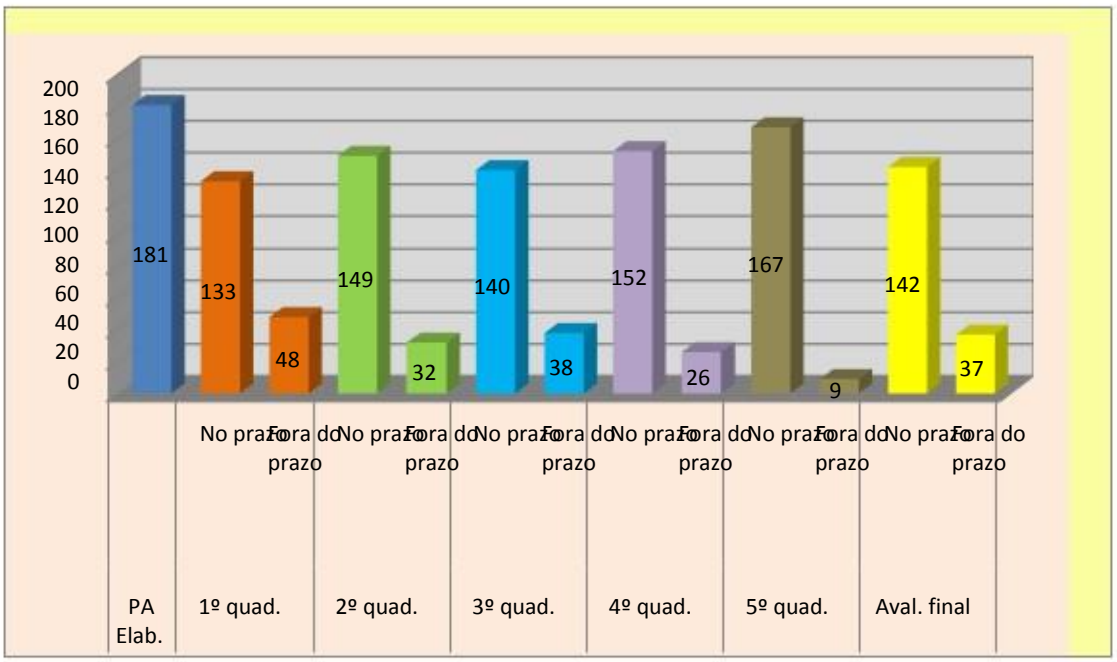
Regiões Administrativas	PA Elab.	quad.3º	quad.4º	quad.5º	quad.							Aval. final	1º quad.2º
		For a No prazo	For a No prazo	For a No prazo	For a No prazo								
TOTAL	181	135	46	149	32	140	38	152	26	167	9	142	37

Quadro 2 – Totalização das etapas de acompanhamento

Regiões Administrativas	ANO 2014					ANO 2015							
	PAs Elaborados	1º quadrimestre[3]		2º quadrimestre[4]		3º quadrimestre[5]		4º quadrimestre[6]		5º quadrimestre[7]		Avaliação final	
	181	No prazo	Fora do prazo	No prazo	Fora do prazo		Fora do prazo	No prazo	Fora do prazo	No prazo	Fora do prazo		Fora do prazo
Belém I	25	23	02	25	0	25	0	25	0	24	01	24	01
Belém II	15	12	03	14	01	12	03	11	04	15	0	12	02
Nordeste I	20	18	02	19	01	18	02	19	01	19	01	11	04
Nordeste II	18	13	05	16	02	10	06	13	03	14	02	07	05
Nordeste III	06	04	02	05	01	04	02	06	0	06	0	04	01
Tocantins	13	05	08	11	02	08	05	11	02	12	01	11	0
Marajó I	05	04	01	04	01	05	0	03	02	04	01	04	0
Marajó II	10	01	09	03	07	03	07	05	05	09	0	07	01
Sudeste I	15	12	03	15	0	12	02	13	01	14	0	13	0
Sudeste II	11	04	07	06	05	07	04	10	01	11	0	10	01
Sudeste III	05	04	01	02	03	04	01	02	03	04	01	05	0
Sudeste IV	04	04	0	02	02	03	01	04	0	03	01	04	0
Sudoeste I	11	10	01	07	04	09	02	10	01	11	0	11	0
Sudoeste II	05	04	01	05	0	05	0	04	01	03	01	04	0
Baixo Amazonas	18	15	03	15	03	15	03	16	02	18	0	15	02

[3] 1º quadrimestre- Período de referência: março, abril, maio e junho/2014;
[4] 2º quadrimestre- Período de referência: julho, agosto, setembro e outubro/2014;
[5] 3º quadrimestre- Período de referência: novembro, dezembro/2014 e janeiro, fevereiro/2015;
[6] 4º quadrimestre- Período de referência: março, abril, maio e junho/2015;
[7] 5º quadrimestre- Período de referência: julho, agosto, setembro e outubro/2015.

Gráfico 1 - Demonstrativo gráfico das etapas de acompanhamento



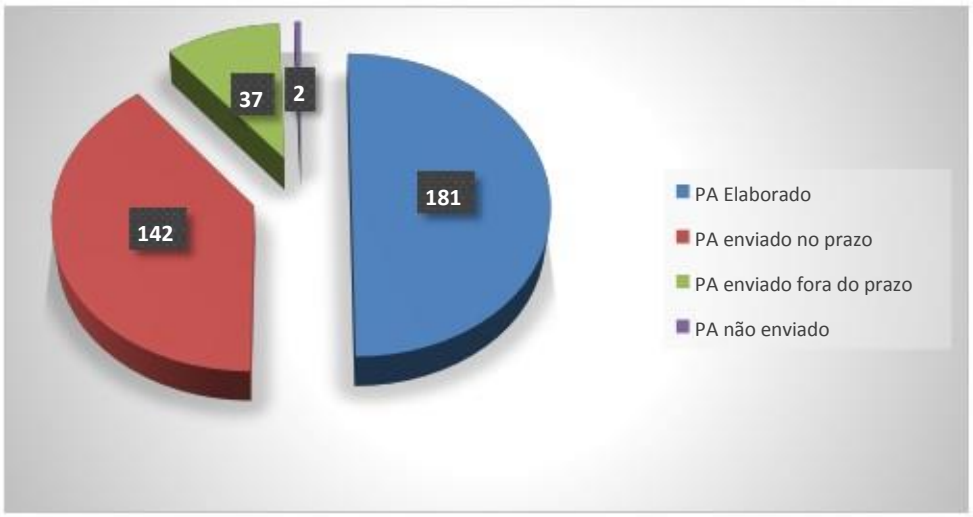
Fonte: SEAPA 25.01.2016

Tabela 1 - Acompanhamento final de envio do PA 2014/2015 totalizado

Acompanhamento final PA 2014/2015	
PA Elaborado181	
Acompanhamento enviado no prazo142	
Acompanhamento enviado fora do prazo37	
Acompanhamento não enviado2[8]	

[8] Das Promotorias de Justiça que enviaram a elaboração do PAs, 2 (duas) não concluíram o envio dos quadrimestres, restando prejudicado o andamento e conclusão do referido PA.

Gráfico 2 - Totalização de envio nas etapas de acompanhamento



Fonte: SEAPA 29.02.2016

Finalizando o 3º Plano de Atuação, biênio 2014/2015, destaca-se o comprometimento da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Pará, no acompanhamento da execução em todas as etapas do PA, sempre fundamentado na legalidade de acordo com as atribuições regimentais.

Quanto aos cumprimentos de prazos, foram executados satisfatoriamente, conforme apresentado graficamente, não deixando de considerar as obstáculos enfrentadas por determinadas Promotorias de Justiça, que se confrontam com dificuldades de acesso geográfico, cobertura de sinal de internet, além das demandas sociais que acarretam, sobremaneira, o esforço dobrado dos Promotores de Justiça que culminam por ter excesso de cumulações de cargos.

A Corregedoria-Geral conclui o acompanhamento do 3º Plano de Atuação, louvando o alcance da maioria das metas pretendidas nos PAs elaborados, bem como o considerável cumprimento dos prazos nos períodos de execução em todos os quadrimestres, conforme registros do Sistema de Elaboração e Acompanhamento do Plano de Atuação (SEAPA).

13. DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO

Em atenção ao disposto no art. 233, inciso III e §§ 6º e 7º da Lei Complementar nº 057/2006, de 06.07.2006 e Provimento nº 02/2013-MP/CGMP, de 14.11.2013, a Corregedoria-Geral do Ministério Público concedeu o "DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO" aos melhores trabalhos forenses apresentados em 2015, em cerimônia realizada no dia 11.12.2015, às 10h, no Auditório do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, em Sessão Solene do Colégio de Procuradores de Justiça, comemorativa ao Dia Nacional do Ministério Público.

A Corregedora-Geral do Ministério Público, em exercício, Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA, juntamente com a Comissão Especial de Procuradores de Justiça, instituída pela Portaria nº 026/2015-MP/CGMP, de 15.10.2015, publicada no DOE em 16.10.2015, composta pelos Excelentíssimos Procuradores de Justiça, Doutores MÁRIO NONATO FALANGOLA, UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL e MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, após minuciosa análise técnico-jurídica, selecionaram os melhores trabalhos forenses em cada categoria ou entrância, efetivamente apresentados na CGMP, no período de 1º de janeiro a 31 de outubro/2015, pelos membros do Ministério Público, em processo judicial ou procedimento administrativo oficiado.

Os vencedores pela excelência dos trabalhos apresentados, foram:

- CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO - na categoria "Procurador de Justiça", pelo trabalho: "Manifestação em Recurso de Apelação Criminal" (Processo nº 0009169-09.2011.8.14.0401);
- ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO – na categoria "Promotor de Justiça de 3ª entrância", pelo trabalho: "Contrarrazões ao Agravo Regimental" (Processo nº 0003579-67.2015.8.14.0000);
- GUSTAVO RODOLFO RAMOS DE ANDRADE - na categoria "Promotor de Justiça de 2ª entrância", pelo trabalho: "Ação Civil Pública para

cumprimento de Obrigação de Fazer no âmbito da saúde" (Processo nº 0009419-77.2014.8.14.0005);

- LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO - na categoria "Promotor de Justiça de 1ª entrância", pelo trabalho: "Contrarrazões em Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, combinada com pedido de indenização por dano material causado ao meio ambiente" (Processo nº 0000652-23.2012.8.14.0069).

14. CONCLUSÃO

"É preciso escolher um caminho que não tenha fim, mais, ainda assim, caminhar sempre, na expectativa de encontrá-lo" (Geraldo Mazela Amaral)

O relatório das atividades de 2015 vem demonstrando a continuidade da minha gestão frente à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, quando então cumpre-me destacar que as atividades deste órgão correcional tem, mais uma vez, o seu compromisso pautado no desempenho coletivo,advindo do espírito cooperativo, solidário e combativo dos Membros e servidores, cujas ações se realizam através da labuta diária, ornada com total dedicação e grau de eficiência, apesar das escassas estruturas.

É nesse sentido que a caminhada tem se desencadeado e de forma compromissada com a Legislação e com os princípios institucionais, sem deixar de mostrar-se célere e minuciosa e de ter como seu objetivo primordial, bem servir a sociedade, fixando o seu trabalho na orientação dos membros deste Ministério Público.

O quadro reduzido de servidores e as dificuldades materiais não se comportam como barreiras e óbices ao exercício da missão, das mais dignificantes na estrutura do Parquet, aliás, estes entraves se comportam como motivação para ir sempre adiante, o que só é possível em face da união e espírito de equipe e do grau de comprometimento de cada Estagiário, Servidor e Membro, integrantes desta Corregedoria-Geral.

O resultado do trabalho desenvolvido até o presente momento já foi objeto de avaliação pela equipe do Conselho Nacional do Ministério Público, precisamente da Corregedoria Nacional, em meio a uma inspeção ordinária em meados de

dezembro passado, quando me foi permitido avaliar que apesar de todas as dificuldades, o caminho seguido no sentido de cumprimento do mister, a qual fui guindado e me permiti patentear a dar continuidade nas viagens de inspeções e correições pelo interior do Estado, nas Promotorias de Justiça da Capital e nas Procuradorias de Justiça.

Evidencio que no ano de 2015, a Corregedoria realizou 130 (cento e trinta) inspeções e 04 (quatro) correições. Destaco o fato de que estas vitórias têm seguido o caráter orientador das atividades institucionais, evidenciando sobremaneira o papel do Ministério Público como agente transformador da realidade social e buscando imbuir, em seus membros, a necessidade de servir a Instituição de maneira a prestar as atividades inerentes do cargo de forma efetiva, consciente e ética.